

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ALADJE MAMADU MUDJITABA DJALÓ**

**REGIONALIZAÇÃO COMO BUSCA DE ALTERNATIVAS NA ÁFRICA  
PÓS-COLONIAL: A GUÍNÉ-BISSAU E A UNIÃO ECONÔMICA E  
MONETÁRIA DA ÁFRICA OCIDENTAL (UEMOA)**

Florianópolis, 2010 - SC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ALADJE MAMADU MUDJITABA DJALÓ**

**REGIONALIZAÇÃO COMO BUSCA DE ALTERNATIVAS NA ÁFRICA  
PÓS-COLONIAL: A GUÍNÉ-BISSAU E A UNIÃO ECONÔMICA E  
MONETÁRIA DA ÁFRICA OCIDENTAL (UEMOA)**

**Monografia submetida ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito obrigatório para  
obtenção do grau de Bacharelado.**

**Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo N. Lins**

Florianópolis, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Aladje Mamadu Mudjitaba Djalô na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.**

Florianópolis, 05 de Julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

-----  
Prof.Dr. Hoyêdo Nunes Lins  
Orientador

-----  
Prof.Dr. Helton Ricardo Ouriques  
Membro

-----  
Prof<sup>ª</sup>.Dra. Patricia Fonseca Ferreira Arienti  
Membro

## **DEDICATÓRIA**

Esse trabalho é dedicado ao meu falecido pai, Domingos Ibraima Djalo.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ser a grande fonte de inspiração de minha vida e que me deu forças para concluir esta importante etapa de minha vida.

Agradeço também o papel da família, pelo amor incondicional recebido e o apoio (financeiro e emocional) em todos os momentos. Em especial aos meus pais, Olga Gomes Correia e Domingos Ibraima Djalo, e aos meus irmãos, que apesar da distancia sempre foram muito presentes.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Dr. Hoyêdo Nunes Lins, pela sua atenção e leitura do trabalho, assim como suas sugestões que contribuíram para melhoria dessa monografia.

Sou muito grato à Universidade Federal de Santa Catarina que através do curso de Economia me deu a oportunidade de integrar o mercado de trabalho, tão importante para o meu crescimento pessoal e profissional.

## RESUMO

Esse trabalho aborda os impactos socioeconômicos em Guiné-Bissau decorrentes de sua adesão à União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Para tanto é realizada uma contextualização do processo de colonização das nações africanas, com abordagem das suas diferentes nuances, que vão desde as motivações dos colonizadores, passam pelos diferentes processos coloniais envolvidos, até os diversos tipos de conflitos decorrentes. Também é realizada, com o mesmo intuito de relacionar as diferentes variáveis que interagem na questão estudada, uma descrição da dinâmica dos processos de descolonização ocorridos a partir da década de 50, sempre com maior ênfase ao ocorrido na Guiné-Bissau. Com base nesse apanhado histórico da África, é apresentado o processo de integração vivido pelo continente ao longo das últimas décadas, ressaltando a criação da UEMOA. Por fim, as diversas questões ligadas à Guiné-Bissau, notadamente relativas ao seu desenvolvimento social, econômico e político são relacionadas, visando identificar os eventuais benefícios de sua entrada naquele processo de integração, ocorrido em 1997.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau, Integração, UEMOA, África, Colonização.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b>	Participação de cada país membro na população total da UEMOA	<b>13</b>
<b>Figura 2</b>	Fragmentação da África por interesses coloniais	<b>19</b>
<b>Figura 3</b>	Localização da Guiné-Bissau	<b>27</b>
<b>Figura 4</b>	Distribuição da população da Guiné-Bissau por regiões administrativas (%)	<b>29</b>
<b>Figura 5</b>	Evolução do IDH na Guiné-Bissau de 1975/2005	<b>30</b>
<b>Figura 6</b>	Estabilização do valor interno da moeda	<b>46</b>
<b>Figura 7</b>	Evolução das exportações da GB por setor	<b>67</b>
<b>Figura 8</b>	Principais origens das importações da GB, por países, média 2000-2004 (%)	<b>68</b>
<b>Figura9</b>	Exportações da Guiné-Bissau por destinos regionais	<b>71</b>
<b>Figura10</b>	Principais destinos das exportações da GB (%)	<b>72</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b>	Indicadores socioeconômicos da GB (2004-2008)	<b>31</b>
<b>Tabela 2</b>	Taxa de crescimento médio do PIB	<b>52</b>
<b>Tabela 3</b>	PIB e seus empregos em 2008, em bilhões de FCFA corrente	<b>52</b>
<b>Tabela 4</b>	Distribuição das importações da GB, média 2000-2004 (%)	<b>67</b>
<b>Tabela 5</b>	Evolução das importações por tipo de produto, a preços correntes	<b>70</b>
<b>Tabela 6</b>	Estrutura das importações, por tipo de produto	<b>70</b>
<b>Tabela 7</b>	Evolução das exportações por tipo de produto, a preços correntes	<b>73</b>
<b>Tabela 8</b>	Estrutura das exportações, por tipo de produto	<b>73</b>



## **LISTA DE SIGLAS**

AOF - África Ocidental Francesa

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

BCEAO - Banco Central dos Estados da África Ocidental

BM - Banco Mundial

BOAD - Banco Oeste Africano de Desenvolvimento

CEMAC - Comunidade Econômica e Monetária da África Central

ECA - Comissão Econômica das Nações Unidas para África

FARP - Forças Armadas Revolucionárias do Povo

FCFA - Franco da Comunidade financeira Africana

FGEU - Fundos de Gestão Econômica de Urgência

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice do Desenvolvimento Humano

INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censos de Guiné-Bissau

OUA - Organização da Unidade Africana

PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PEA - População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TBC - Tarifa Exterior Comum

UEMOA - União Econômica e Monetária da África Ocidental

UMOA – União Monetária da África Ocidental

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivos</b>	<b>14</b>
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos	14
<b>1.2</b>	<b>Metodologia</b>	<b>15</b>
<b>1.3</b>	<b>Estrutura</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL: termos do debate sobre o processo e sobre seus desdobramentos.</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Processo de formação histórica da África</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>O Ímpeto Colonial na África</b>	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>Formas Básicas de Colonização na África e suas Implicações</b>	<b>21</b>
<b>2.4</b>	<b>Percalços da Descolonização</b>	<b>24</b>
<b>2.5</b>	<b>Descolonização da “África Portuguesa”: Uma Nota</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>A EXPERIÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU EM TERMOS DE DESCOLONIZAÇÃO</b>	<b>27</b>
<b>3.1</b>	<b>Guiné-Bissau – Alguns Traços Básicos</b>	<b>27</b>
<b>3.2</b>	<b>Colonização portuguesa e descolonização na Guiné-Bissau</b>	<b>32</b>
<b>3.3</b>	<b>Os tortuosos caminhos da vida independente</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>A UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DA ÁFRICA OCIDENTAL (UEMOA) E A INCLUSÃO DA GUINÉ-BISSAU</b>	<b>37</b>
<b>4.1</b>	<b>Histórico: O surgimento da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA)</b>	<b>37</b>
<b>4.2</b>	<b>Regulamento, Objetivos e Meio de Implementação da UEMOA</b>	<b>40</b>
<b>4.3</b>	<b>Estrutura Institucional da UEMOA</b>	<b>41</b>
4.3.1	Órgãos da UEMOA	41
4.3.1.1	Conferência de Chefes de Estados e Governos	41
4.3.1.2	Conselho de Ministros	41
4.3.1.3	Órgão Executivo	41
4.3.1.4	Órgão de Supervisão	42
4.3.1.5	Órgão de Supervisão Jurisdicional	42
4.3.1.6	Comité Interparlamentar	42
4.3.1.7	Câmara Consular Regional	42
4.3.1.8	Instituições Autônomas Especializadas	43
<b>5</b>	<b>PRINCIPAIS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS DERIVADOS DA PARTICIPAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA</b>	<b>44</b>

<b>5.1</b>	<b>Análises Gerais</b>	45
<b>5.2</b>	<b>Principais Indicadores e Tendências</b>	49
5.2.1	Economia	49
5.2.2	Atividades Produtivas	52
5.2.2.1	A estrutura da produção	54
5.2.2.2	O setor agrícola e rural	54
5.2.2.3	Setor industrial	57
5.2.2.4	Turismo e hotelaria	59
5.2.3	Infra Estrutura	60
5.2.3.1	Energia e Águas	60
5.2.3.2	Telecomunicações	60
5.2.3.3	Porto e aeroporto	61
5.2.4	Finanças Públicas	62
5.2.5	Comércio Exterior	65
5.2.5.1	As importações	66
5.2.5.2	As exportações	71
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	74
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	77
	<b>ANEXO 1</b>	79
	<b>ANEXO 2</b>	80

# 1 INTRODUÇÃO

A integração econômica é um movimento de associação entre países parceiros que implica na retirada de todos os entraves às transações econômicas para assegurar, quando o estágio atingido é elevado, a livre circulação de bens, capitais e pessoas.

Na classificação de Bela Balassa, a integração econômica apresenta diferentes fases, em que cada uma compreende a anterior, em escala de intensidade progressiva (BALASSA, 1961). De acordo com este autor, a integração poderá evoluir nas seguintes etapas, cujas características aparecem indicadas:

- **Zona de livre comércio:** nesta fase ficam abolidas as tarifas alfandegárias (e as restrições quantitativas) entre os países participantes, porém, todos os países mantêm suas próprias tarifas em relação aos não-membros, quer dizer, em relação ao resto do mundo.
- **União aduaneira:** além de implicar supressão da discriminação no que se refere aos movimentos de mercadorias dentro da União, estabelece uma barreira alfandegária comum contra os países não-pertencentes à união, através da criação de tarifa externa comum.
- **Mercado comum:** é uma fase mais elevada de integração econômica, com abolição não apenas das restrições comerciais intrabloco e com implantação de tarifa externa comum, mas também com eliminação das restrições aos movimentos de fatores (capital e trabalho).
- **União econômica:** é uma fase mais avançada que o mercado comum; combina a supressão das restrições aos movimentos de mercadorias e de fatores, com um grau de harmonização das políticas econômica, monetária, fiscal, social e anticética.
- **Integração econômica total:** pressupõe a unificação das políticas econômicas, fiscal e outros, e requer o estabelecimento de uma autoridade supranacional, cujas decisões sejam praticadas pelos estados-membros. (BALASSA, 1964 p.7-8).
- **União Política e Econômica:** implica o mercado comum, um sistema monetário comum e uma política externa e de defesa comuns. Este último estágio do processo integracionista nasceu com o Tratado de Maastricht, que rege atualmente a Europa Comunitária, cuja meta é atingir a união monetária, com a instituição de uma moeda única, e o estabelecimento de critérios de convergência das economias dos Estados Membros (ALMEIDA, 1996). Pode-se dizer que a instituição de uma moeda única seria o elemento diferenciado básico entre esse patamar de integração e o que Balassa caracteriza como integração econômica total.

É no marco dos debates sobre o processo de integração supranacional, especialmente no que toca aos países que não figuram nas zonas do centro da economia mundial, que se formulou o desenho da pesquisa que se trata nesta monografia. A zona em questão refere-se ao continente africano, onde a problemática da integração tem sido objeto de reflexão e ação política.

De acordo com Paa Kwesi (2003), a integração regional na África deve facilitar a resolução de conflitos, dificuldades políticas e problemas econômicos dos países do continente. Todavia, algumas condições devem ser preenchidas para tanto. Segundo Cardoso (2007 p.50)

o processo de integração econômica regional parte do pressuposto de que a abertura das fronteiras entre os países integrados não pode ser feita de forma desorganizada, sem planejamento ou objetivos previamente delimitados, sob o risco de fracassar. Considerando-se ainda que a abertura comercial traz, ao mesmo tempo, perdas e ganhos, é necessário evitar ou reduzir eventuais prejuízos que possam ser causados ao setores públicos e privado dos Estados envolvidos. Em consequência, são adotadas medidas políticas e econômicas durante o processo de integração econômica regional, com o intuito de serem alcançados com êxito os objetivos pretendidos.

Contudo, é importante considerar, segundo Fernandes (2007), que a integração regional africana surgiu como instrumento essencial à própria estratégia de descolonização da África nos anos 1950. No final daquela década, e princípio dos anos 1960, surgiram várias propostas no continente para a criação de instituições supranacionais e outras formas de cooperação econômica. A idéia da unificação prevaleceu durante a primeira metade dos anos 1960, até que, em 1963, os líderes africanos lançaram uma proposta de criação da Organização da Unidade Africana (OUA). Seu objetivo era superar as profundas divergências ideológicas daquela época, mudando o foco das iniciativas exclusivamente políticas, para a criação de uma organização de cooperação regional que privilegiasse objetivos econômicos.

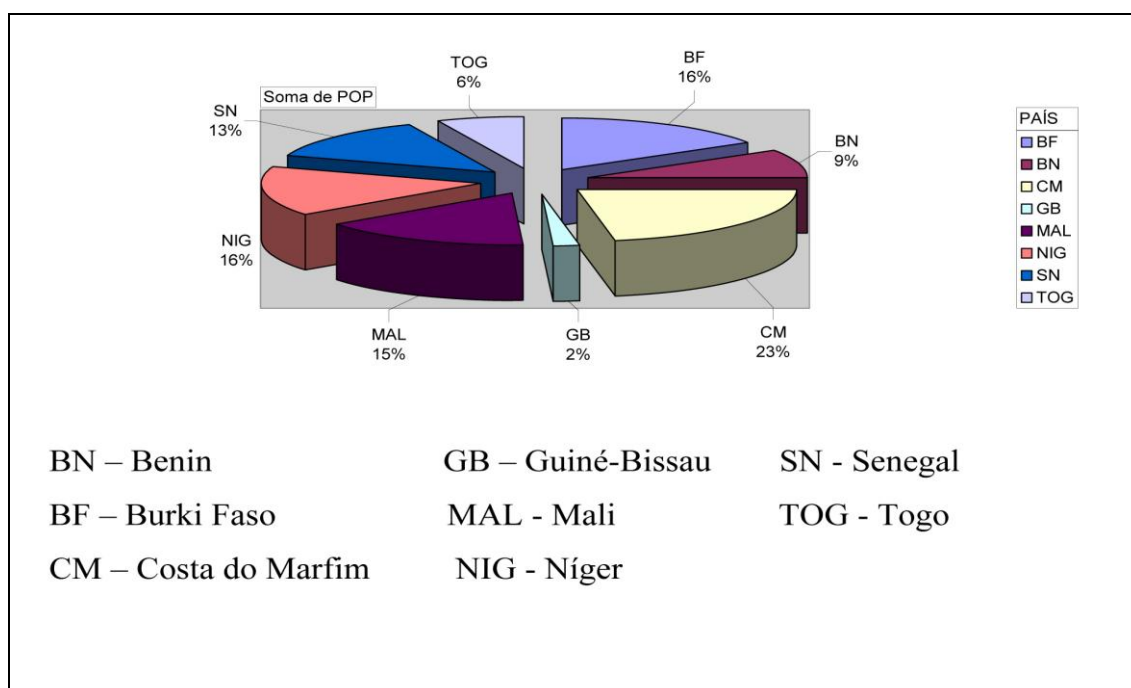
Pode-se afirmar que a integração regional na África subsaariana teve início a partir da independência dos seus territórios nos anos 1960. De acordo com Egoscozabal (2004), o processo da integração regional africano surgiu com base na relação entre estados vizinhos ou na manutenção das relações entre os países que pertencessem à mesma potência colonial, com o objetivo de superar os obstáculos herdados da colonização.

O presente trabalho pretende contribuir na análise da problemática referente à integração supranacional no continente africano, focando a participação da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Em particular, pretende-se identificar

os principais reflexos dessa participação em termos de desenvolvimento socioeconômico em escala nacional.

Cabe assinalar desde logo que a UEMOA é uma integração sub-regional para o desenvolvimento econômico e social dos Estados-membros, por meio da harmonização das suas legislações, da unificação de seus mercados internos e da execução de políticas setoriais comuns nas áreas vitais da economia. O tratado da União foi formalizado em 10 de janeiro de 1994, em Dakar, capital do Senegal, e entrou em vigor em 1º de agosto do mesmo ano. A Guiné-Bissau aderiu à organização em 02 de maio de 1997, tornando-se o oitavo Estado membro. Uma motivação para a entrada desse país foi o objetivo de estabilizar os seus problemas inflacionários e os desequilíbrios no Balança de Pagamento.

Registra-se igualmente que os oito (8) países da UEMOA cobrem uma superfície total de 3.509.125 km<sup>2</sup>. Sua população total está estimada, atualmente, em mais de 70 milhões de habitantes, o que representa mais de 30% da população da África Ocidental<sup>1</sup>. A figura 1 mostra a participação da população de cada país que faz parte da UEMOA.



**Figura 1 – Participação de cada país membro na população total da UEMOA-2004**

**Fonte:** Dados Banco Mundial 2004

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.didinho.org/situacaoeconomicapoliticaesocial.htm> Acesso em 10/08/2009

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo Geral

- Contextualizar e analisar a participação da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), identificando os principais reflexos em termos de desenvolvimento socioeconômico em escala nacional.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Abordar o binômio colonização-descolonização na África, salientando a experiência da África Ocidental, para enquadrar o caso da Guiné-Bissau;
- Situar a Guiné-Bissau no movimento de descolonização na África Ocidental e caracterizar o país quanto aos problemas econômicos e políticos enfrentados nas primeiras décadas de vida independente, ligados ou não ao passado colonial;
- Contextualizar e descrever a criação da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), assinalando as razões subjacentes e os objetivos almejados, caracterizando o modo de operação da instituição e destacando o envolvimento da Guiné-Bissau;
- Detectar e avaliar os principais resultados socioeconômicos derivados da participação da Guiné-Bissau na UEMOA, procurando vislumbrar possíveis reflexos em termos de dinamização produtiva, ativação do comércio externo, entrada de investimentos estrangeiros, criação de empregos, entre outros, vinculados tanto ao fortalecimento dos setores historicamente mais importantes da estrutura econômica nacional, quanto ao eventual surgimento de novas atividades estimuladas pelo processo de regionalização econômica.

## **1.2 Metodologia**

Tendo em vista os objetivos do presente trabalho, o ponto de partida foi a realização de uma busca de publicações de autores ligados à temática pesquisada. Na investigação econômica, os métodos mais utilizados são: o observacional, o comparativo, o estatístico e o monográfico. A pesquisa de que se trata é descritiva, tendo-se realizado uma revisão de literatura a respeito da contextualização e análise da participação da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), identificando os principais reflexos em termos de desenvolvimento socioeconômico em escala nacional.

Para a consecução dos objetivos propostos neste trabalho, inicialmente efetuou-se o levantamento de dados disponíveis em fontes secundárias tais como: livros, relatórios, artigos especializados de revistas nacionais e internacionais, publicados sobre o tema, a fim de enriquecer os conteúdos teóricos e abranger as concepções de diversos autores.

Também foram utilizados alguns sites especializados tais como: o da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA); do Instituto Nacional de Estatística e Censos de Guiné-Bissau (INEC), Ministério da Economia e Finanças; Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Fundo Monetário Internacional (FMI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Banco Mundial (BM) e outros, para obtenção dos dados estatísticos.

## **1.3 Estrutura**

O estudo foi organizado como segue: o primeiro Capítulo compreende a Introdução, os Objetivos, e a Metodologia adotada. O Segundo Capítulo aborda o binômio colonização - descolonização na África indicando alguns termos do debate sobre o processo e sobre seus desdobramentos, no intuito de servir de enquadramento ao estudo sobre Guiné-Bissau. O Terceiro Capítulo, fala de Guiné-Bissau independente, recuperando o processo de descolonização, as realizações e os problemas. O Quarto Capítulo dedica-se à União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e à inclusão da Guiné-Bissau nesse esquema integracionista. O Quinto Capítulo, focaliza as possibilidades da integração: os reflexos da UEMOA na Guiné-Bissau. O Sexto Capítulo corresponderá às considerações finais.



## **2 DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL: TERMOS DO DEBATE SOBRE O PROCESSO E SEUS DESDOBRAMENTOS**

A África é o terceiro continente mais extenso do mundo, com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, cobrindo 20,3 % da área total da terra firme do planeta. É o segundo continente mais populoso da Terra (atrás da Ásia), com cerca de 900 milhões de pessoas, representando mais ou menos um sétimo da população do mundo, e possui 53 países independentes.<sup>2</sup>

Para melhor compreender a descolonização na África Ocidental, é necessário primeiramente situar os sistemas coloniais articulados nas relações entre colonizadores e colonizados, a estrutura econômica e a política que justificaram a dominação. Todavia, cabe ainda, antes disso algumas notas sobre o que se pode chamar de “formação histórica da África”.

### **2.1 O Processo de Formação Histórica da África**

De acordo com Oliva (2004), além de a África dar origem ao homem como uma espécie animal e à história entendida como fenômeno da vida humana na Terra, foi nela que, em parte, também nasceu o gênero história, aqui percebida como o esforço de registrar a passagem dos homens ao longo dos tempos. Porém, nem sempre existiu uma África como continente ou suas complexas e diversas sociedades. O termo “África” sempre esteve ligado a idéias, imagens, preconceitos, conhecimentos e ignorâncias sobre aquela parte do mundo, pois só a partir do final do século XIX e meados do XX que passou a existir uma identidade africana e a África passou a ser vista pelos seus habitantes como uma região em comum.

Antes de tudo é preciso enfatizar que, durante milênios, a África limitou-se geograficamente à região acima do Equador. A fronteira abaixo do Saara só seria cruzada por muçulmanos e europeus no segundo milênio da Era Cristã. (OLIVA, 2004 p. 12)

O mesmo autor afirma que somente a partir das Grandes Navegações o imaginário dos navegantes iria, de forma intensa, acentuar as leituras fantásticas e depreciativas acerca da

---

<sup>2</sup> Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica> acessado 05/10/09

África. Os temores sobre o Mar Oceano e acerca da região abaixo do Equador iriam alimentar as elaborações e representações dos europeus sobre os africanos. Monstros, terras inóspitas, seres humanos deformados, imoralidades, regiões e hábitos demoníacos iriam ser elementos constantes nas descrições de viajantes, aventureiros e missionários. Oliva (2004 p. 13/14), faz a seguinte colocação a respeito da posição da África perante o resto do mundo:

*A condição de cativos somente potencializaria os preconceitos e representações negativas sobre os africanos. Os relatos elaborados nos três séculos seguintes – até o final do XVIII – seguiriam um ritmo parecido, com algumas exceções. Os africanos e a África permaneceram sendo percebidos como inferiores, apesar de ganharem uma posição-chave nas relações econômicas estabelecidas pelos europeus com o Mundo Atlântico. A temática que dividiria o espaço com as descrições de populações e lugares, à época, seria a escravidão.*

Seguindo o mesmo raciocínio, o autor pondera que esse imaginário que inferiorizava os africanos não se limitou aos olhares europeus. Em vários relatos deixados pelos viajantes árabes ou muçulmanos sobre as terras do Sudão, encontram-se idéias e descrições parecidas. Influenciados por pensadores da Antigüidade, eles acreditavam que o calor seria responsável pelas “deformações” físicas – cabelos e barbas crespos – dos africanos. O próprio termo Sudão, de origem árabe, significava a “terra dos homens negros”.

Já a partir do final do século XVIII e em todo século XIX, as relações entre os europeus e africanos ganharam nova dimensão. Inicialmente, porque as viagens e expedições no continente passaram a ser marcadas por outros objetivos. Elas, que anteriormente limitavam-se a explorar o litoral, esforçaram-se para devassar o interior da África. A descoberta do quinino, remédio usado contra malária, e o espírito científico iriam ditar os ritmos dessas expedições. Soma-se a esse elemento o interesse imperialista de algumas nações européias nas últimas décadas do século XIX. As ações de conquista sobre o continente permitiriam aos europeus o controle territorial de grande parte da África. Os administradores e missionários fariam relatos importantes – apesar de eurocêntricos – para a compreensão da realidade de parcela das populações africanas. Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália e Portugal seriam os países que participariam mais ativamente da chamada “partilha africana”, e, por isso, grande parte dos escritos deixados seria produzida por militares, administradores ou pesquisadores desses locais.

Oliva (2004, p.13) afirma ainda que

*com a ação imperialista e com o domínio efetivo dos europeus sobre parte considerável do continente, ocorreu uma pequena mudança desse quadro, com o aparecimento da história colonial na África. As principais marcas*

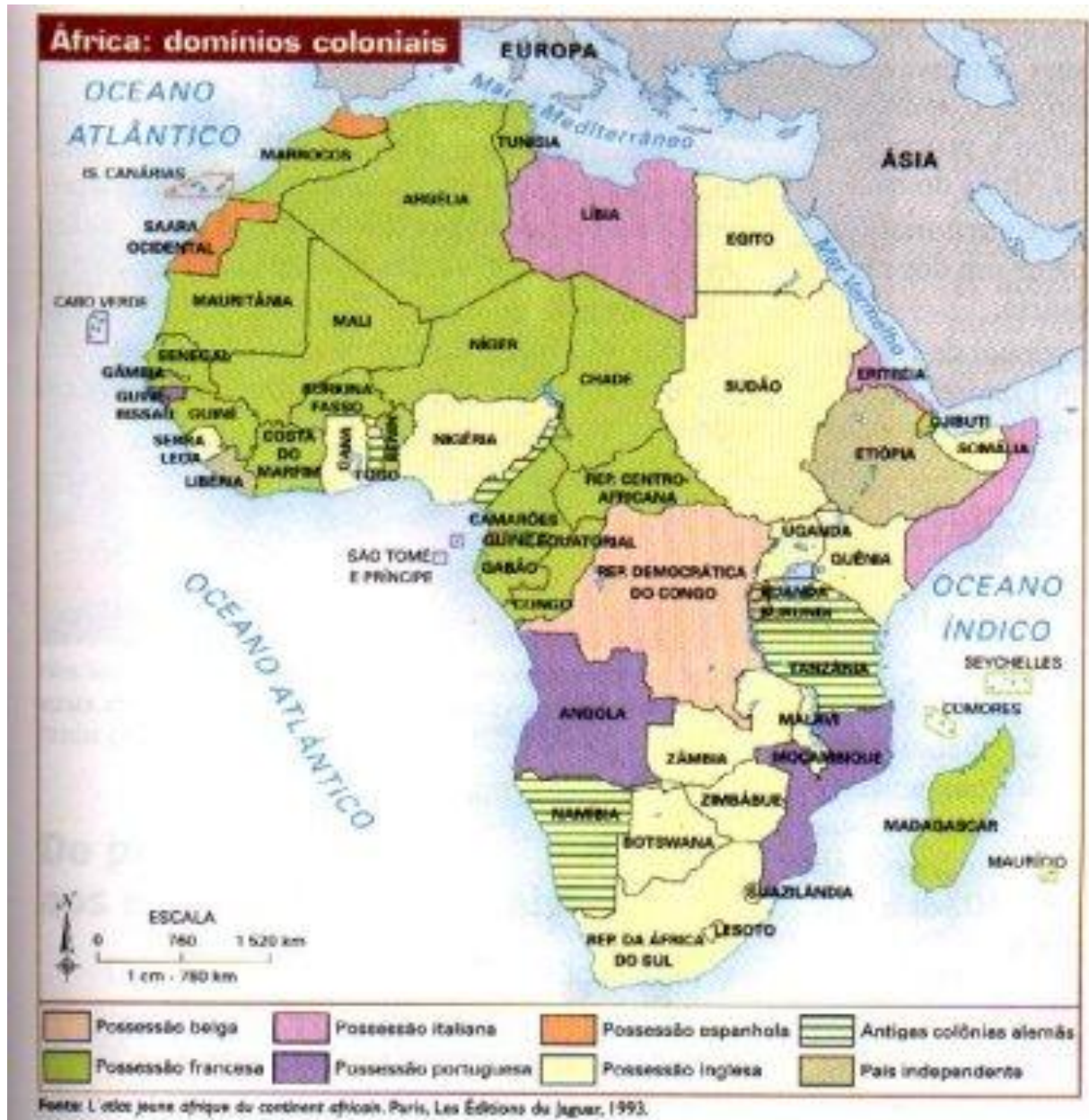
*desses estudos e o ritmo seguido por eles foram determinados pelo surgimento de uma espécie de história dos europeus no continente, inclusive com a criação de institutos de pesquisa localizados em vários países metropolitanos, como a Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica.*

Conquistadas as independências, pelo menos em um bom número de países, os historiadores africanos e africanistas passaram a buscar as “origens” das regiões, da história da África e da integração desta à história mundial. Porém, durante alguns anos, de forma compreensível, tanto as universidades quando as escolas africanas continuaram a seguir as cartilhas criadas pelos europeus e seus professores e pesquisadores – quando não eram formados no exterior, mantinham as perspectivas analíticas lá definidas. Nesse momento, nos anos 1960-1970, ocorria também uma busca pelo entendimento dos complexos quadros socioculturais, políticos e econômicos que se montariam e se desenvolveriam nas décadas seguintes à independência, o que fez os pesquisadores redobram seus esforços para desvendar e explicar as características e a trajetória da história da África.

No final da década de 1970, ficou claro que as fontes escritas não eram tão escassas para África. Arquivos europeus, na própria África, além das diversas fontes em árabe, facilitavam a investigação sobre certos sistemas vigentes durante séculos nas histórias africanas. Houve também a sofisticação do uso de metodologias no caso da tradição oral, assim como a aproximação com a antropologia e a lingüística, e a arqueologia, que já ocorria há algum tempo, acentuou-se. E se, nos últimos anos, as historiografias européia ou americana passaram a ser caracterizadas por estudos ligados aos mais diversos temas, o mesmo ocorreu com a África. Investigações sobre as epidemias, o cotidiano, o imaginário, as novas tendências da economia e da ciência política, a importância do regional, do gênero, da escravidão, da cultura política, das influências da literatura e de uma quase incontável diversidade de temáticas têm varrido o continente.

## **2.2 O Ímpeto Colonial na África**

O continente africano foi dividido entre países europeus no século XIX. Instalaram-se em toda parte da África diversos sistemas coloniais como o Francês, o Inglês, o Português, o Espanhol, o Alemão, o Belga e o Italiano. Aspecto importante a considerar é que o conjunto de pressupostos do domínio variam quanto à forma e intensidade, diante da rica variedade de culturas pré-coloniais africanas. A figura 2 mostra os domínios coloniais e os raios da sua extensão.



**Figura 2- Fragmentação da África por interesses coloniais**

Fonte: [http://skocky-alcyone.blogspot.com/2009/05/partilha-da-africa-e-conferencia-de\\_06.html](http://skocky-alcyone.blogspot.com/2009/05/partilha-da-africa-e-conferencia-de_06.html)  
Acesso: 24/09/09

Refletir sobre a problemática da colonização no continente africano significa abordar um processo fortemente dramático, em todos os seus aspectos. Com efeito, segundo Hernandez (2005, p. 99)

o processo de colonização foi sempre marcado pela violência, pelo despropósito e, não raro, pela irracionalidade da dominação o confisco de terras, as formas compulsórias de trabalho, a cobrança abusiva de impostos e a violência simbólica constitutiva do racismo feriram o dinamismo histórico dos africanos.

Conforme pondera Conceição (2006), a divisão arbitrária da África consolidou-se na Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, com a participação de 15 países - 13 da Europa, mais Estados Unidos e Turquia. Os Estados Unidos não possuíam colônias na África, mas eram uma potência em ascensão. A Turquia, nessa época, ainda era o centro do extenso Império Otomano. Diversos assuntos foram tratados, mas o principal objetivo foi regulamentar a expansão das potências coloniais na África a partir dos pontos que ocupavam no litoral. A Grã-Bretanha e a França foram as que obtiveram mais territórios, seguidas de Portugal, Bélgica e Espanha. Territórios mais reduzidos foram ocupados pela Alemanha e pela Itália.

O objetivo de Otto Von Bismarck, chanceler do II Reich alemão, era que os demais reconhecessem a Alemanha como uma potência com interesses em manter certas regiões africanas como protetorados. Tanto a Alemanha como a França e a Inglaterra, acordaram reconhecimentos mútuos e acertaram os limites das suas respectivas áreas. O congresso de Berlim deu enorme impulso à expansão colonial, sendo complementado posteriormente por acordos bilaterais entre as partes envolvidas, tais como Convênio franco-britânico de 1889-90, e o Tratado anglo-germânico de Heligoland, de 1890. Até 1914, a África encontrou-se totalmente dividida entre os principais países europeus (Inglaterra, França, Espanha, Itália, Bélgica, Portugal e Alemanha). Atendendo ao Tratado de Versalhes de 1919, as antigas colônias alemãs passaram à tutela da Inglaterra e da França. Também, a partir desse tratado, as potências comprometeram-se a administrar seus protetorados de acordo com os interesses dos nativos africanos e não mais com os das companhias metropolitanas. Naturalmente que isso ficou apenas como uma afirmação retórica (CONCEIÇÃO, 2006).

As fronteiras nacionais nasceram da imposição dessa conferência. Ocorreu a criação de estados orgânicos coloniais impostos pelas potências colonizadoras, partilhando a África, sem muitas preocupações quanto ao que já existia. Várias nações, no sentido das formações sociais antigas africanas, passaram a estar reunidas dentro de novas fronteiras. Tribos amigas e inimigas passaram a pertencer ao mesmo espaço colonial. Assim, nos gabinetes da capital alemã, foram traçadas as fronteiras dos domínios coloniais. No início do século XX, a África estaria completamente retalhada pelos ocupantes imperialistas, num processo neocolonialista,

como um processo de exploração econômica e dominação política estabelecido pelas potências capitalistas emergentes ao longo do século XIX e início do século XX, que culmina com a partilha da África e da Ásia.

Kwame Nkrumah, líder anticolonial e presidente de Gana entre 1957 e 1966, definiu o neocolonialismo como o domínio externo indireto das grandes potências sobre os Estados africanos, teoricamente soberanos. De fato, após as independências, as metrópoles conservaram forte influência sobre os novos Estados. Essa influência se exerceu, e em muitos casos ainda se na atualidade exerce, por meio da ajuda financeira, da cooperação militar e de tratados especiais de comércio.

## **2.3 Formas Básicas de Colonização na África e suas Implicações**

A diversidade nas formas de colonização, ou os meios de apropriação colonial, não resultaram apenas da política colonial de cada potência ou das condições geo-climáticas do território ocupado. Essa diversidade derivou, sobretudo, dos tipos de estruturas políticas e sócio-econômicas vigentes na sociedade a ser colonizada e do grau de desenvolvimento do capitalismo no país europeu colonizador.

Ainda segundo Conceição (2006), podemos distinguir, em termos didáticos, duas formas principais de colonização: as colônias de povoamento (ou enraizamento) e as colônias de exploração (ou enquadramento).

As colônias de povoamento caracterizam-se pela instalação no território subjogado de uma minoria européia numericamente expressiva. Ela assume o total controle político e constitui a camada dominante, em todos os sentidos, da sociedade. As colônias de exploração apresentam outras características.

Nas colônias de exploração, a presença do colonizador manifesta-se essencialmente por meio de um enquadramento militar e policial e de uma estrutura administrativa de cúpula. O número de colonos nelas instalado é pequeno, insuficiente para aí desempenhar um papel político de caráter autonomista. Os europeus não se apropriam substancialmente das terras dos africanos, em mãos de quem permanece a maior parte da produção agrícola, inclusive a de exportação. Assim sendo, os colonos não têm interesses divergentes dos da metrópole. Dela dependem inteiramente por serem, em sua maioria, funcionários do governo ou das grandes companhias coloniais. Não se enraízam na colônia. Cumprem um contrato temporário e geralmente voltam para a metrópole ou circulam por outros territórios do "ultramar". (CONCEIÇÃO, 2006 p. 41).

Dois tipos básicos de administração eram praticados: a indireta e a direta. Frequentemente havia uma associação dos dois métodos. Na administração indireta, a potência colonial exercia a autoridade utilizando-se nos governos os autóctones anteriormente subjugados pela força militar. Essa utilização tinha uma amplitude diretamente proporcional ao nível de complexidade do aparelho estatal africano e ao grau de aliança, com subordinação, que os chefes tradicionais autóctones estabelecem com o poder colonial. Através dessa aliança/subordinação, eles podiam continuar usufruindo da exploração de sua massa camponesa pela apropriação de um excedente por este gerado, sobretudo por meio de tributos. Só que no colonialismo esse tributo é aumentado, e a maior parte dele vai parar nas mãos do colonizador. A classe dominante africana perdia, portanto, não só a sua autonomia política, mas também a econômica.

Na administração direta, praticada nas colônias de povoamento (e, em grande medida, em colônias francesas, portuguesas e belgas da África Negra), as forças coloniais exerciam a autoridade diretamente sobre as populações locais, valendo-se, contudo, no interior do país, de pequenos chefes africanos. Estes, quando não se submetiam inteiramente ao colonialismo, eram substituídos por outros nomeados pela administração européia.

Conceição (2006) descreve que a descolonização das colônias de exploração, particularmente aquelas de administração indireta, embora submetido a pressões políticas freqüentemente violentas, desenrolou-se muitas vezes sem a realização de guerras de independência. A burocracia e a burguesia autóctones assumiram o poder político, com crescente autonomia até a independência. Cabe ressaltar que, em cada país, os laços de dependência que caracterizam o neocolonialismo apresentavam variações bem particulares. Já o processo de descolonização nas colônias de povoamento, em especial nas de forte minoria européia, representou a ocorrência de guerras de independência assumidas como lutas de libertação anticolonialista, conforme verificou-se, por exemplo na Argélia, em Angola e em Moçambique. As independências obtidas sob controle das minorias brancas - como a África do Sul e a Rodésia (atual Zimbábue) não esgotaram o processo de descolonização, tendo esta última feito sua luta de libertação, obtendo a independência em 1980, assim como a Namíbia, em 1990. A África do Sul conquistou um governo de maioria e o fim do apartheid em 1994.

As condutas dos estados colonialistas apresentavam particularidades mas todas tinham pelo menos um aspecto em comum. O ocorreram várias políticas coloniais, afirmava Conceição, mas nenhuma delas se orientou deliberadamente para a emancipação dos povos coloniais.(CONCEIÇÃO, 2006).

A política inglesa, embora não sistematicamente assimilacionista, teve como resultado a implantação na África de instituições que, inicialmente, só tinham como representantes elementos das minorias brancas e alguns chefes autóctones nomeados. Nas colônias de exploração, certos postos administrativos foram sendo assumidos, primeiro, por chefes tradicionais, depois, por africanos "notáveis" nomeados e, mais tarde, por africanos eleitos. Ao contrário, nas colônias de povoamento, as instituições políticas locais – Conselho Executivo e Conselho Legislativo – eram ocupadas quase que exclusivamente por representantes das minorias brancas.

A política francesa utilizou desde o associonismo (aplicado por Lyautey, no protetorado de Marrocos) até o "integracionismo", segundo o qual a Argélia, por exemplo, era considerada um departamento – e não uma colônia – da França. O que predominava era o espírito assimilacionista, que pretendia produzir uma minoria de africanos afrancesados.

Mais importante que a identificação das políticas coloniais de acordo com cada metrópole, é ter em consideração o tipo de colonização estabelecido no território, pois é ele que iria, fundamentalmente, ditar o método a ser aplicado.

Conforme Nascimento (2004), um último processo violento de formação de novos Estados no continente foi o da África de colonização portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os movimentos de libertação desses países distinguiram-se claramente dos demais por dois aspectos centrais. Por um lado, obtiveram a emancipação num processo de descolonização posterior à grande leva de independência das décadas de 1950 e 1960. Por outro, foram mais além nas suas demandas por uma revolução que de fato alterasse as estruturas neocoloniais: o importante não era só expulsar o colonizador, mas reconstruir a sociedade em bases socialistas.

O mesmo autor aborda um aspecto importante sobre a questão ideológica presente no processo:

A descolonização tornou-se possível após-1945 devido à dissipação em que as antigas potências coloniais se encontravam ao terem-se despedaçado em seis anos de guerra mundial, de 1939 a 1945. Algumas delas, como a Holanda, a Bélgica e a França, foram ocupadas pelos nazistas, o que acelerou ainda mais a decomposição dos seus impérios no Terceiro Mundo. A guerra também as fragilizou ideologicamente: como podiam elas manter que a guerra contra Hitler era uma luta universal pela liberdade contra a opressão se mantinham um estatuto colonial opressor de milhões de asiáticos e africanos? (NASCIMENTO, 2004 p. 14)



## 2.4 Percalços da Descolonização

A descolonização introduziu na África questões muito problemáticas. Vários aspectos merecem ser indicados. Em toda a história da África anterior ao domínio europeu, desconhecia-se a existência de Estados nacionais, segundo a concepção clássica que prevê a unidade, a homogeneidade e a delimitação de território. Isso permite aquilatar a dificuldade enfrentada pelas elites africanas para constituir países no sentido tradicional.

Na África histórica conviviam impérios, dinastias governantes, milhares de pequenos chefes e régulos tribais, mas não havia a presença de Estados nacionais. Uma forte atomização política e social eram encontrados, subprodutos da presença de muitas etnias, tribos, inimigas entre si, além de grupos lingüísticos diferentes e de muitas castas profissionais. A descolonização, seguida da independência, provocou, em muitos casos, o afloramento de antigos ódios tribais e de antigas rivalidades, culminando em violentas guerras civis, como as da Nigéria, do Congo e, mais recentemente, as da Angola, Moçambique, Ruanda, Burundi, Serra Leoa e da Libéria. (NASCIMENTO, 2004).

A questão territorial deve também ser citada como fator de relevância no estudo do processo. Para tanto devemos citar o mesmo autor, onde afirma que

qualquer análise mais detalhada dos conflitos africanos levará em conta a influência decisiva e quase sempre nociva do passado colonial, que deixou graves sequelas. Uma delas é, sem dúvida, a artificialidade do desenho das fronteiras entre os países. Definidas de maneira arbitrária pelas potências coloniais, segundo seus interesses econômicos e políticos, elas se mostraram completamente estranhas à realidade africana preexistente.

Da forma como foram traçadas, acabaram separando povos de mesma origem por diversos espaços coloniais e reunindo etnias rivais dentro de uma mesma administração colonial. Após a Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou o processo de descolonização que atingiu o continente, uma regra de ouro foi mantida pelos novos países que surgiram: a intangibilidade das fronteiras herdadas do período colonial. (NASCIMENTO, 2004 p. 17)

Como resultado, vários dos conflitos étnicos que assolaram e ainda assolam o continente têm em suas raízes na partilha colonial idealizada pelas metrópoles européias na segunda metade do século XIX. Em suma: as fronteiras africanas não são realmente africanas. Dessa forma, conforme exposto por Silva (2005 p. 22) “o primeiro grande teste da África independente centrou-se na questão da estabilidade das fronteiras”.

Tudo isso repercutiu quando a integração e a cooperação se apresentaram como possibilidades para esses países. Silva (2005) coloca que as colônias tinham recursos econômicos distintos, sendo que as regiões com mais recursos não aceitavam associar-se com

mais pobres. Por exemplo, a Costa do Marfim que tinha plantações de cacau, produção de marfim e fácil acesso às rotas marítimas.

Na África Equatorial, o Gabão (rico em petróleo e minerais) assumiu posição similar. Pouco importava se Nkruma do Gana, Senghor do Senegal ou Modibo Keita do Mali pensavam em unidades maiores. O fracasso das tentativas de consolidar agrupamentos políticos maiores durante os primeiros anos da independência africana foi, entretanto, compensado pelo notável sucesso na prevenção da desintegração das unidades territoriais básicas criadas durante o período colonial. Assim, embora presenciando diversas guerras separatistas (do Congo/Zaire, da Nigéria, do Sudão entre outras), os países africanos conseguiram em grande parte manter suas unidades territoriais. (SILVA, 2005 p. 30)

Outro ponto refere-se ao peso do herança colonial, após a independência, na forma de um neocolonialismo. Isso ficou especialmente claro nas ex-colônias portuguesas, que com inspiração no marxismo, não conseguiram, porém, fugir por inteiro da condição neocolonial na relação com as antigas potências européias (RIBEIRO, 2003). Embora as jovens nações africanas de “expressão portuguesa” tivessem como princípio o modelo socialista e procurassem aplicar um programa que envolvia nacionalização das empresas, reforma agrária, alfabetização em massa e grandes obras públicas, as dificuldades eram muitas. Além dos conflitos e dificuldades internas, o neocolonialismo manteve-se, na medida em que relegava às jovens e frágeis nações africanas o papel de economias fornecedoras de matérias-primas, numa situação de troca desigual. Para a esquerda mundial, tornava-se, porém, mais um exemplo da via socialista de busca da autonomia na luta contra o imperialismo.

## **2.5 Descolonização da “África Portuguesa”: Uma Nota**

Portugal foi a última nação colonial a reconhecer a independência das suas colônias na África. O processo de emancipação política dos territórios portugueses, além de ter ocorrido bem mais tarde do que nos países africanos colonizados por Ingleses e Franceses, envolveu luta armada para serem reconhecidos como países independentes e autônomos no plano político. Dos cinco países africanos dominados por Portugal, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé Príncipe, em três houve luta armada: Moçambique, Guiné-Bissau e Angola, e a independência só foi possível após anos de luta armada (ÉVORA, 2001).

De acordo com Furtado (1997), o governo português seria o principal responsável pela emancipação tardia das suas colônias, diferentemente do sistema colonial Francês e Inglês, que também tinham possessões na África, mas que adotaram políticas mais flexíveis que

permitiram a criação de organizações autóctones, como, por exemplo, os sindicatos. Estes se transformaram em veículos de contestação política que, por sua vez, ajudaram a antecipar o processo de independência dos países francófonos e anglófonos, o qual ocorreu, na maioria dos casos, na década de 1960.

Para Furtado (op.cit), é importante esclarecer que a situação das colônias portuguesas era, sobretudo, questionada e criticada por uma pequena camada da população que ele define como “pequena burguesia urbana”. Esta trabalhava inclusive na própria administração colonial, ou estudava na metrópole. Dentro desse pequeno grupo é que iriam surgir as idéias de independência a partir das quais nasceram os movimentos da libertação nacional. Como se falou, a maioria dos movimentos nacionalistas na África surgiu em finais da década de 50 e início dos anos 60, e foi graças a esses movimentos que muitos países acabaram por se tornar independentes (MIGUEL, 1996).

No caso das colônias portuguesas, a maioria desses movimentos nasceu na própria metrópole, mais especificamente em Lisboa, pois na capital portuguesa existia um número considerável de estudantes vindos das colônias para prosseguir os estudos universitários. Nesse ambiente, esses estudantes começam a discutir a realidade dos seus países e, nesse processo, começou a surgir um sentimento de repúdio ao sistema colonial. Daí se fortaleceu a idéia de independência e de autonomia política e econômica.

Em suma, a descolonização na África Ocidental, pode ser descrita como um processo histórico, primordialmente político, ocorrido em especial após a Segunda Guerra Mundial. Seu início foi marcado por movimentos de independência através de acordos ou pela força, uma tendência que se intensificou entre os anos 1950 e 1970. No entanto, houve casos em que a potência colonial, quer por pressões internas ou internacionais, quer por verificar que a manutenção de colônias lhe trazia mais prejuízos que benefícios, decidiram por sua iniciativa conceder a independência às suas colônias, como aconteceu com várias das ex-colônias francesas e britânicas.

Segundo Fernandes (2007, p.73), em 1957 foi criada, a Comissão Econômica das Nações Unidas para África (ECA), pelo Conselho Econômico e Social da ONU, como um órgão subsidiário. O motivo foi a forte pressão dos representantes africanos naquela instituição. A Comissão foi composta por representantes dos países coloniais e de todos os Estados-membros da Organização da Unidade Africana (OUA), com os objetivos de promover o desenvolvimento auto-sustentável em níveis regionais e sub-regionais, proteger o meio ambiente e estabelecer mútuas relações de cooperação entre o continente e o restante do mundo.

### 3 A EXPERIÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU EM TERMOS DE DESCOLONIZAÇÃO

A compreensão da economia e da sociedade de qualquer região ou país requer levar em conta a sua trajetória histórica. Este capítulo aborda o problema da descolonização da Guiné-Bissau, no intuito de contextualizar, posteriormente, o seu envolvimento na União Econômica da África Ocidental. O ponto de partida envolve apresentar algumas informações sobre geografia e socioeconomia.

#### 3.1 Guiné-Bissau: Alguns Traços Básicos

A Guiné-Bissau está situada na costa Ocidental de África, estendendo-se, no litoral, desde o Cabo Roxo até a ponta Cagete. O país está localizado entre os 13° e 17° de longitude Oeste e os 11° e 12° de latitude Norte, tendo fronteira ao Norte com o Senegal, a Leste e Sudeste com a República de Guiné Conakry e ao Sul e Oeste com o Oceano Atlântico. (Figura 4)



**Figura 3: Localização da Guiné-Bissau**

Fonte: África-turismo.com/mapas.

Sua superfície é de 36.125 km<sup>2</sup> e hoje a sua população está estimada em mais de 1,5 milhão de habitantes, com uma taxa média anual de crescimento populacional de 2,3%. A densidade habitacional média é de 30 habitantes por km<sup>2</sup>.

O território da Guiné-Bissau é plano na sua totalidade, com exceção do sudeste do país, isto é, na zona de Boé, com seu ponto mais elevado de quase 205 metros acima do nível médio do mar, formando uma elevação em direção às montanhas do Fouta Djallon.<sup>3</sup>

O país possui duas estações destacadas: uma seca e outra chuvosa. A chuva se estende de maio a novembro, e a seca, de dezembro a abril. A variação da quantidade de chuva anual mensurada é de 1.200mm no norte e no leste do país, e de 1.800mm ao sul. A quantidade maior de chuvas registra-se entre meados de julho e setembro, e o clima é do tipo tropical. No período das chuvas a umidade atmosférica é muito alta e a temperatura média na sombra oscila entre 26 e 28°C<sup>4</sup>.

O País se encontra dividido administrativamente em nove (9) regiões, a saber: Bafatá, Biombo, Setor Autônomo de Bissau, Bolama-Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará e Tombali. Cada região está subdividida em setores, num total de trinta e oito (38), que por sua vez se estruturam em tabancas ou aldeias, calculadas em mais de três (3) mil.<sup>5</sup>

Em frente ao território continental fica o arquipélago dos Bijagós, constituído por cerca de 40 ilhas de vegetação tropical densa, separadas do continente pelo canal do rio Geba. O país tem numerosos rios, dos quais Cacheu, Mansoa e Geba são os mais importantes. Esses rios percorrem todo território e são as melhores vias de penetração para o interior. (SÁ, 2008).

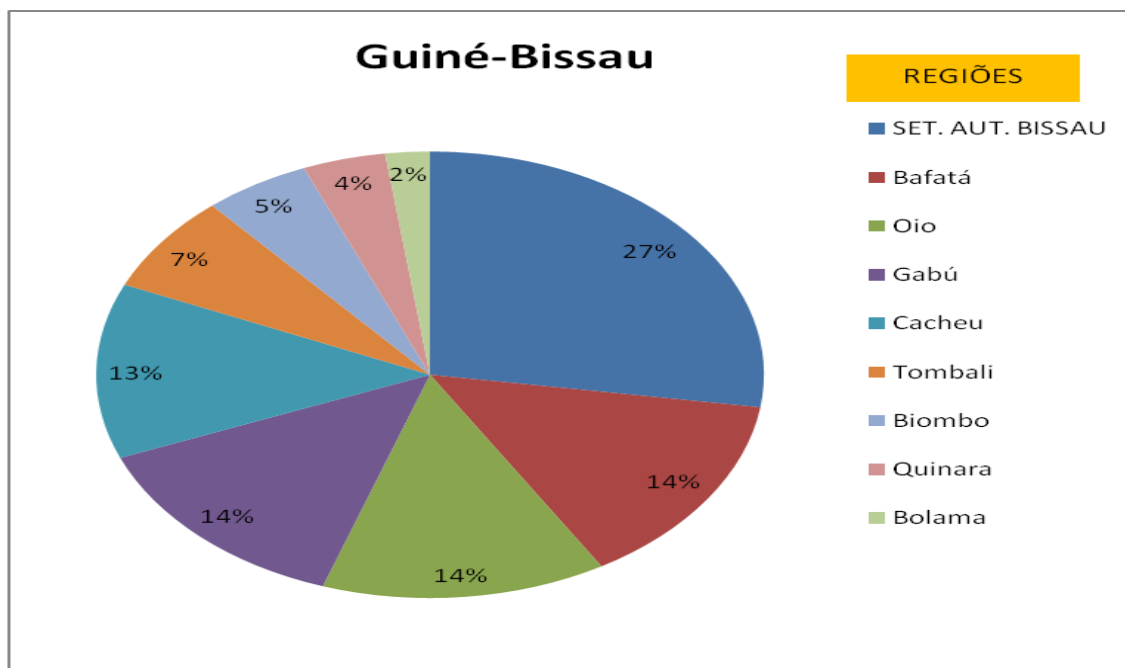
Conforme dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos da Guiné-Bissau, de 2004, compilados na figura 5, a seguir, pode-se perceber a grande concentração populacional entre 5 regiões administrativas, que compreendem 82% de toda população. As maiores cidades, sob o critério populacional, seriam Bissau, Bafatá, Oio, Gabú e Cacheu.

---

<sup>3</sup> Guine-Bissau. Mise en place d'instances de reglementation efficaces. Disponível em: [http://www.itu.int/world2003/forum/tds/aft01\\_report.pdf](http://www.itu.int/world2003/forum/tds/aft01_report.pdf). Acesso em 31 agosto 2009

<sup>4</sup> Disponível em: [http://waboa.org/impression/imp\\_infos\\_guineeb.html](http://waboa.org/impression/imp_infos_guineeb.html) Acesso em 15 mar.2004.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.didinho.org/situacaoeconomicapoliticaesocial.htm> Acesso em 10/08/2009



**Figura 4: Distribuição da população da Guiné-Bissau por regiões administrativas (%) - 2004**

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com dados de Instituto Nacional de Estatística e Censos da Guiné-Bissau - 2004

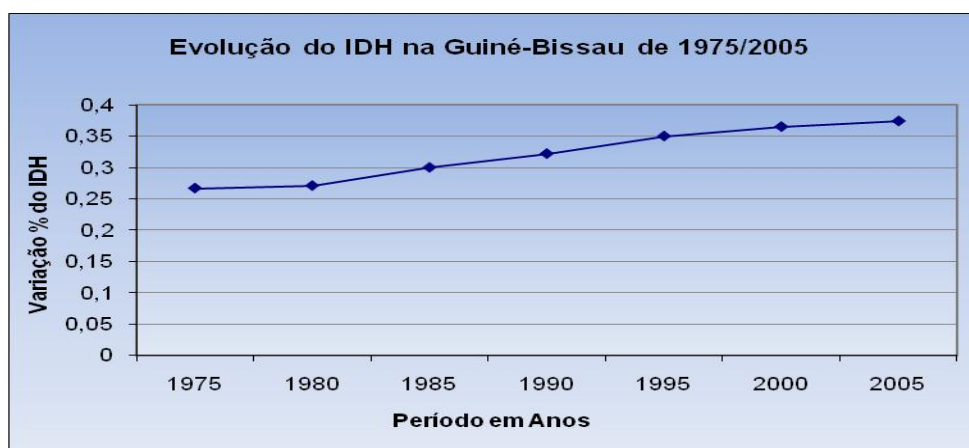
A situação socioeconômica da Guiné-Bissau é de um país pobre, que depende da ajuda externa para assegurar a balança comercial e de pagamento. A maioria dos guineenses vive de agricultura de subsistência, que ocupa cerca de 90% da força de trabalho e tem como os principais produtos o arroz, a castanha de caju e o algodão. Há ainda reservas de bauxita e fosfato não explorado, e um forte indício da existência de petróleo nas zonas insulares. Seu Produto Interno Bruto (PIB) foi de U\$ 461,2 milhões e o PIB per capita de U\$ 264 em 2008<sup>6</sup>. No contexto socioeconômico atual, a Guiné-Bissau caracteriza-se pelos baixos rendimentos e degradação do desenvolvimento humano, segundo índices do PNUD (2009). O país encontra-se na 173<sup>a</sup> posição entre os 182 países recenseados na ONU (2009). O Índice do Desenvolvimento Humano - IHD é de 0,396 em 2009, segundo o relatório do Desenvolvimento Humano de PNUD, publicado em 2009.

Conforme o gráfico que compõe a Figura 6, O IDH do país vem crescendo paulatinamente desde 1975, quando era de 0,27, até 2005, quando atingiu 0,37.

<sup>6</sup> Fonte: Economist Intelligence Unit, Country report January 2009

Divisão de Informação, com base em dados do FMI- Direction of Statistics, CD May 2009.

(1) Estimativa EIU



**Figura 5: Evolução do IDH na Guiné-Bissau de 1975/2005**

**Fonte:** Relatório do Desenvolvimento Humano de PNUD, publicado em 2007-2008. Elaborado pelo autor.

A população é formada por diferentes grupos étnicos. De fato, a nação compõe-se de mais do 30 etnias, sendo as principais: Balanta (30%), Fula (20%), Manjaco (14%) Mandinga (13%), Papel (7%) e outros (16%). A religião predominante é o animismo,<sup>7</sup> estimando-se em (54%) da sua população, seguido da religião muçulmana (islamismo) com cerca de (38%) da população, Há, ainda um reduzido numero de cristãos (católicos e protestantes), 8% (Banco Mundial, 2000).

A situação socioeconômica é precária, efetivamente. A maioria da população economicamente ativa (PEA) do país não dispõe das qualificações nem de um emprego que lhe permita assegurar rendimentos suficientes e regulares. A insuficiência de equipamentos sociais contribuiu fortemente para a degradação das condições de vida. Mais de 2/3 dos adultos são analfabetos; apenas 13,6% da população têm acesso à água potável e a esperança média de vida ao nascer é de aproximadamente 45 anos. Uma grande proporção da população vive em situação de pobreza, e a análise do perfil da pobreza mostra que este é um fenómeno majoritariamente rural; cerca de 64,70% da população do país vive com menos de um (1) dólar por dia, segundo o DENARP (2004); e 94% da população vive a mais de uma hora de distância de escolas primária e secundária, de centros de saúde e de mercados de aprovisionamento.

O país apresenta uma população muito jovem, com as mulheres representando 52% do total. Os habitantes com menos de 15 anos constituem mais de 43% da população. Em 2005,

<sup>7</sup> Os animistas seriam os grupos mais hostis, simultaneamente a presença portuguesa “cuja pratica é o culto ao antepassado, das forças físicas e dos feitiços” (DOMINGUES, 200, p.196).

de acordo com BAD (2005), 64,5% da população do país vivia nas zonas rurais, e 35,5% nas zonas urbanas. (SÁ, 2008).

A economia guineense é dominada, como já se falou, pela agricultura de subsistência, em especial o cultivo do arroz (produto mais produzido e consumido no país), que constitui a base de alimentação da população. O principal produto de exportação é a castanha de caju (90% das receitas de exportação, representando 12% da produção mundial, sendo o país, hoje, o sexto maior produtor mundial) (SÁ, 2008).

A indústria pesqueira tem registrado um crescimento rápido e aumento do seu peso enquanto fonte de receitas. A manufatura, de sua parte, está limitada ao processamento de matérias-prima e à produção de bens de consumo básico.

A tabela 1 mostra alguns dados básicos na forma de indicadores socioeconômicos da Guiné-Bissau.

**Tabela 1: Indicadores Socioeconômicos da Guiné-Bissau (2004-2008)**

<b>Indicadores Socioeconômicos da Guiné-bissau</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007<sup>1</sup></b>	<b>2008<sup>1</sup></b>
População (em milhões de habitantes)	1,55	1,60	1,65	1,70	1,75
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	42,91	44,3	45,7	47,1	48,4
Crescimento real do PIB (%)	2,2	3,5	1,8	2,7	3,2
PIB a preços correntes (US\$ milhões) <sup>2</sup>	310,6	317,9	340,1	393,4	461,2
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	0,8	3,4	2,0	4,6	6,3
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	73,1	79,8	82,0	112,9	174,2
Dívida Externa total (US\$ milhões)	1.024	1.002	993	1.013	1.040
Câmbio (CFAfr / US\$) <sup>2</sup>	528,3	527,5	522,9	479,3	448,5
Exportações (fob) (US\$ milhões)	110	109	133	373	431
Importações (cif) (US\$ milhões)	136	213	201	240	271
Balança comercial (US\$ milhões)	-26	-104	-68	133	160
Intercâmbio commercial (US\$ milhões)	246	322	334	613	702

Fonte: Economist Intelligence Unit, Country report January 2009

Divisão de Informação, com base em dados do FMI- Direction of Statistics, CD May 2009.

(1) Estimativa EIU



### 3.2 Colonização Portuguesa e Descolonização na Guiné-Bissau

A história da colonização, universalmente, se relaciona fortemente com a expansão comercial e as descobertas de novas terras. De acordo com Furtado (1995), o pioneirismo dos portugueses nas conquistas, descobertas e expansão marítima se explica com a sua própria situação geográfica, que, segundo esse autor, permitia aos portugueses obedecer ao “chamado do oceano”, submetendo-se à atração de uma grande vocação marítima.

Tal vocação levou Portugal ao seu primeiro ato expansionista, que é o fruto de uma operação diretamente ligada aos interesses da poderosa burguesia comercial lusitana. As primeiras vagas expansionistas foram para o norte da África, envolvendo Marrocos, Ceuta (1415), Tangre, Arzilia, Alcacer, Ceguer, Safim, Azamar, etc. À medida que as descobertas avançavam, foram criadas novas praças fortes ao longo da costa Africana, e, assim, todo o século XV foi marcado pelas “descobertas” nesse continente. Em 1445, o Senegal foi descoberto, e um ano depois, a Serra Leoa e a Guiné-Bissau<sup>8</sup> tiveram o mesmo destino.

No século XVI a Guiné-Bissau passa a integrar o vasto império do Mali, vindo os primeiros navegadores portugueses a estabelecer contacto com ela em 1446-47. Os portugueses desembarcaram, mas, entretanto, Guiné-Bissau sempre foi a mais pobre entre as colônias das possessões de Portugal na época. Isso se deve, fundamentalmente, à sua carência em riquezas minerais ou vegetais, em comparação a Moçambique e Angola, e também à resistência que as etnias locais sempre apresentaram contra o sistema colonial, encontrado pelos portugueses em 1446 e 1475, época em que ocorreram as primeiras penetrações portuguesas em seu território. Durante quatro séculos, o controle português não ultrapassou as cidades litorâneas (Cacheu, Bafata, Bissau). Como ainda se pode constatar, as cidades maiores estão todas à beira do mar e perto dos portos, o que na época facilitava o transporte dos recursos explorados.

Do final do século XIX até o desencadear da luta de libertação nacional, em 1963, a Guiné-Bissau já apresentava todas as características de uma colônia de exploração, conforme a caracterização da modalidade no capítulo 2. E a exploração colonial portuguesa se expressava, entre outros aspectos, na imposição do trabalho forçado e na cobrança de impostos de moradia aos guineenses.

---

<sup>8</sup>Disponível em: <http://www.adbissau.org/guinebissau/historiaedadoseconomicos.htm> Acesso em 30 agosto. 2009.

O alcance da missão civilizadora de Portugal na Guiné-Bissau, bem como a tarefa de criar uma infraestrutura de colonialismo avançado, condição básica para a lucratividade dos investimentos da metrópole, foram, ambos quase que inteiramente nulos. Tal insucesso deveu-se ora à resistência dos nativos, ora à própria pobreza de recursos naturais existentes.

De fato, apenas 4% da população nativa converteram-se ao catolicismo, e a administração colonial precisou muitas vezes recorrer ao governo indireto, por intermédio dos régulos (chefes étnicos locais), para impor a ordem e serem obedecidos. Vista como a melhor estratégia do colonialismo, a aliança com os chefes étnicos, tendo como intermediadores os missionários, favoreceu a permanência dos colonizadores portugueses na Guiné-Bissau e a exploração da mão de obra local (HERNANDES, 2005).

Em setembro de 1956, um grupo de nacionalistas guineenses, liderados por Amílcar Lopes Cabral, criou o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Inicialmente, o partido tinha como objetivo desenvolver uma ação legal através da mobilização de trabalhadores urbanos para operacionalizar uma reforma no sistema colonial português. Mas, com a expansão e a influência do sistema soviético na tomada de consciência e na mobilização popular, em outros países onde já se tinha concretizado a independência, os membros de PAIGC decidiram mudar o rumo dos seus objetivos.

Assim, em 3 de agosto de 1959, os trabalhadores do maior porto do país (porto de Pindjiguiti, em Bissau) desencadearam uma greve exigindo melhores salários. Essa greve foi imediatamente respondida por parte do exército colonial, com um saldo de mais de quarenta mortos e dezenas de presos. Logo após o massacre, o PAIGC realizou uma reunião secreta, em 19 de setembro de 1959, em Bissau, na qual foi decidida a mobilização prioritária das massas camponesas. A partir daí, o PAIGC tornou-se um partido essencialmente de base camponesa, com uma adesão total dos trabalhadores rurais, dos agricultores e de seus filhos. (WOOLLACOTT, 1983).

Em janeiro de 1963, eclodiu a luta armada na região do sul, que logo se espalhou por todo o interior do país. As forças portuguesas reagiram selvagememente, lançando substâncias químicas nas aldeias, matando camponeses e destruindo as lavouras e a pecuária. Todavia, não conseguiram contornar o levante popular.

Entre 13 e 17 de fevereiro de 1964, o PAIGC realizou o seu primeiro congresso em Cassacá, uma região libertada no sul do país. Nesse congresso, ao mesmo tempo em que se planejavam as novas estratégias de luta, com a criação de quatro novos comandos - Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), Conselho de Guerra, Comitê Nacional de Guerrilhas e Comitê Revolucionário de Milícia Popular, também se iniciava um trabalho de

organização econômica, política e administrativa nas áreas libertadas. Sua base era as políticas socialistas soviéticas, abrangendo a criação de cooperativas de produção agrícola e a construção de posto de saúde e novos estabelecimentos de ensino para crianças e adultos.

A partir de 1966, o PAIGC já controlava dois terços de todo o país. Em 1972, o Conselho Superior de Luta do PAIGC realizou eleições gerais, com voto direto e secreto, nas regiões libertadas. As eleições foram precedidas de reuniões de informações e educação política para esclarecimento do povo.

Amílcar Cabral (líder da revolução) foi assassinado, em 20 de janeiro de 1973, e, em julho do mesmo ano, realizou-se o segundo congresso do PAIGC. Nessa ocasião ficou decidido que a primeira Assembleia Nacional Popular, equivalente à câmara dos deputados, a ser realizada em 24 de setembro, proclamaria a independência, e o então Secretário Geral Adjunto do partido, Luís Cabral, seria empossado no cargo de Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, equivalente à posição de Presidente da República.

Assim, em 24 de setembro de 1973, o PAIGC proclamou a independência da República da Guiné-Bissau. A independência foi reconhecida pelo governo português apenas em 24 de agosto de 1974, e o mesmo partido assumiu o processo de organização do país. (WOOLLACOTT 1983).

### **3.3 Os Tortuosos Caminhos da Vida Independente**

A independência, política e econômica, de Guiné-Bissau foi proclamada, como se falou, em 24 de setembro de 1973, pelo Partido Africano da Independência Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Depois da proclamação de independência, o governo da Guiné-Bissau seguiu um modelo de economia direcionada para o planejamento centralizado, compreendendo o período de 1975 a 1980.

Em 14 de novembro de 1980, um golpe de estado liderado pelo general João Bernardo Vieira (Nino) derrubou o governo de Luís Severino de Almeida Cabral, por meio do denominado Movimento Reajustador de 14 de Novembro, pondo, dessa forma, fim à Primeira República. Depois de aproximadamente três anos, isto é, em março de 1983, foi adotado um programa de estabilização econômica, marcado por uma alteração radical na economia, tornando-a descentralizada e colocando-a na direção de uma economia de mercado.

Em 1986, o governo de Guiné-Bissau confirmou oficialmente sua opção pela economia de mercado. A partir daí foi iniciado o Programa de Ajustamento Estrutural, procedendo-se a uma revisão radical na Constituição da República, em maio de 1991, com o objetivo de acabar com o regime do partido único até então vigente, abrindo-se caminho para o multipartidarismo.

Nos meses de julho e agosto de 1994 ocorreram as primeiras eleições livres no país, levando à vitória do antigo partido único, o PAIGC (CARVALHO, 2007). Em 1998, surgiu um golpe de estado liderado pelo General Ansumane Mane, líder da Junta Militar, que provocou uma guerra civil sangrenta, deixando centenas de mortos e desabrigados. O presidente general João Bernardo Vieira (Nino) foi, por sua vez, deposto por uma junta militar, em maio de 1999.

Um governo interino assumiu o poder em fevereiro de 2000, quando o líder da oposição, Kumba Yala, ganhou as eleições. Em setembro de 2003, outro golpe militar depôs o presidente eleito (Kumba Yala), assumindo o poder Henrique Rosa como presidente interino para assegurar um período de transição política.

A transição política de Guiné-Bissau do regime monopartidário para o democrático foi dificultada pelas complexidades encontradas e por uma economia deficiente, devastada pela guerra civil de 1998, e pela constante intromissão dos militares no governo civil. Na atualidade o país ainda continua em ruínas, com várias cidades destruídas, incluindo escolas, hospitais e estabelecimentos industriais. Isso tem contribuindo para que se revelem escassos, ou quase inexistentes, os recursos próprios para saúde, alfabetização, emprego e alimentação (CARVALHO, 2007).

Vigora no país um regime democrático semi-presidencial, com o poder executivo entregue ao Primeiro Ministro, sob a direção do Presidente da República. Os órgãos de soberania são os seguintes: Presidência da República, Assembléia Nacional Popular, Governo e Tribunais. Em nível regional, o governo faz-se representar através de Governadores. Ao nível setorial, a representação do governo ocorre através dos Administradores nomeados também pelo Ministério da Administração Interna.

O processo de democratização tem sido contínuo, embora sem uma descentralização administrativa efetiva, na medida em que não foram ainda realizadas as eleições municipais, que são baluartes importantes na consolidação de um poder local eleito democraticamente.

As falhas nas estratégias e políticas econômicas centralizadas, implementadas nos primeiros anos após a independência, conduziram à adoção de reformas econômicas introduzida pelo Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países

periféricos na década de 80. Numa tentativa de melhorar as condições econômicas do país, o governo introduziu uma reforma comercial (comércio livre). Em 1983, o governo elaborou e implementou, em colaboração com o FMI, um programa de estabilização econômica baseado na liberalização econômica, incluindo o aumento de crédito comercial, particularmente voltado às exportações.

Em 1987, foi adotado o primeiro programa de ajuste estrutural, ocorrendo liberalização dos preços em 1988, também sob orientação do FMI e do Banco Mundial. A austeridade fiscal e o incentivo ao desenvolvimento do setor privado deram novo fôlego à economia do país, o que foi reforçado também com a entrada da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). A integração da Guiné-Bissau à Zona Franca da UEMOA se deu em 02 de maio de 1997, traduzindo-se numa maior disciplina financeira, com uma melhoria da situação das finanças públicas, pondo fim a uma seqüência de saldos negativos permanentes do balanço de pagamentos. Isso culminou com o alcance, em 2002, de um saldo total excedentário, o que contribuiu para a criação de bens sólidos que permitem um crescimento equilibrado e um melhor desempenho da economia. A taxa de inflação evoluiu favoravelmente, passando de dois dígitos, em 1996, para se situar em 3,9% em 2002. A economia já fragilizada sofreu bastante com o conflito político-militar de 1998-1999, cujos prejuízos foram estimados em cerca de 90 milhões de dólares americanos para o setor privado.

## **4 A UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DA ÁFRICA OCIDENTAL (UEMOA) E A INCLUSÃO DA GUINÉ-BISSAU**

Nas últimas décadas, no cenário mundial, observam-se tentativas de integrar as economias de países, de tal forma que estes possam obter um melhor padrão de desenvolvimento econômico. Essa integração dá origem aos blocos econômicos, que buscam de todas as formas alcançar um melhor posicionamento competitivo na economia globalizada. Dentro deste contexto, este capítulo abordará primeiramente a origem da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a sua evolução no decorrer do tempo. Na sequência serão enfocados os objetivos, a regulamentação e os meios de implementação da UEMOA.

### **4.1 Histórico: O Surgimento da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA)**

A União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) é uma organização de integração regional, criada por sete países da África Ocidental que têm em comum uma moeda única, o Franco CFA<sup>9</sup>. Seus antecedentes eram a organização denominada África Ocidental Francesa (AOF<sup>10</sup>), criada em 1895, pela França, com o objetivo de manter o controle políticos e econômicos dos seus territórios, e a União Monetária da África Ocidental (UMOA), criado em 14 de novembro de 1973 entre Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Todos esses países pertenciam à antiga África Ocidental Francesa, e tinham por propósito manter a mesma moeda comercial, assim como manter relações entre Estados vizinhos que eram da mesma zona colonial.

A criação da UEMOA veio dar uma nova dimensão aos valores tradicionais de coesão e de solidariedade, presentes nas iniciativas anteriores. Esses valores perpassaram sobretudo as ações ligadas à UMOA. Esta, todavia apresentou problemas.

---

<sup>9</sup> O Franco CFA é uma moeda corrente usada em doze países africanos, anteriormente possessão francesa (Camarões, Costa do Marfim, Burkina Faso, Gabão, Benim, Congo, Mali, República Centro-Africana, Togo, Níger, Chade e Senegal). E também é usado em Guiné-Bissau e na Guiné Equatorial (uma antiga colônia espanhola), dando no total 14 países. Atualmente o Franco CFA, é dividido em duas moedas o Franco CFA Central (XAF), e o Franco CFA Ocidental (XOF). Embora o Franco CFA Central tenha o mesmo valor monetário que o Franco CFA Ocidental, ele não é aceito em países que utilizam o XOF, e vice-versa. (Wikipedia, acesso em 20/03/2010).

<sup>10</sup> Sob tutela da França, a AOF era dirigida pelo governador geral, que tinha nas mãos administração das colônias com prerrogativas especiais quanto a moeda, saúde, educação e defesa. O governador geral servi assim de intermediário entre os tenentes governadores na cúpula das diferentes colônias e o ministros francês de além-mar, encarregado, em nome da França, de gerir no conjunto do império colonial. (*FERNANDES 2007, p.158*).

De fato, a UMOA representou a criação de um espaço monetário envolvendo sete estados, que não possuíam uma política econômica comum. Esta ausência teve repercussão negativa para a organização, o que se somou às crises econômicas e financeiras dos anos 80, como asinalaram Cerexhe e Beaulieu (1997).

Segundo Fernandes (1997), a desvalorização do dólar e a redução drástica de preços dos principais produtos de exportação dos países Africanos, ocorridas em meados da década de 80, catalisados pelo programa de ajustamento estrutural introduzido pelas instituições de Bretton Woods nos países africanos, causaram redução das receitas e levaram a déficits nos Tesouros públicos. Ainda segundo o mesmo autor, a desvalorização do Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), moeda da União ocorrida nos anos 1990, que veio a se somar aos fatores já citados, fez com os Estados-membros da UMOA buscassem uma solução pelo aprofundamento da integração.

Os estudos realizados resultaram num relatório que foi apresentado aos chefes do estado e de governo, reunidos na Conferencia de julho de 1992. O principal ponto apresentado foi a proposta de transformação da União monetária em União econômica, com uma política econômica comum e o aprofundamento da integração na região, com o objetivo de minimizar a crise. Posteriormente, impulsionados por mais um fato negativo, que foi a desvalorização do FCFA na ordem de 50%, uma a transformação em 10 de janeiro de 1994, a União Monetária da África Ocidental (UMOA) para União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO) (FERNANDES, 2007).

Fazendo um paralelo com o processo de integração em vigor na Europa, esse autor afirma que

contrariamente à experiência de integração Européia, que buscou em primeiro lugar criar as condições básicas e necessárias para possibilitar a aproximação entre as economias dos Estados –Membros como condição previa para o estabelecimento da União monetária, a UEMOA, por sua vez, resulta de um salto qualitativo de uma União monetária para União econômica entre os setes Estados da África Ocidental. (FERNANDES, 2007, p. 159-60)

Assim, a UEMOA serviu como complemento da UMOA, segundo artigos 2<sup>a</sup> 112 e no preâmbulo do tratado da UEMOA (TUEMOA), que diz: “desejando completar, com efeito, a União Monetária da África Ocidental (UMAO) através de novas transferências de soberania e transformação desta União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), dotada de novas competências” (FERNANDES, 2007, p. 159-60).

Portanto, a UEMOA foi estabelecida em 1994, traduzindo-se, em termos gerais, num projeto de integração sub-regional, com o objetivo de criar um espaço econômico e monetário comum entre os seus membros. A Guiné-Bissau tornou-se o oitavo Estado membro dessa União, em 02/05/1997. A União é uma organização essencialmente econômica, que visa promover o bem-estar social e o desenvolvimento dos Estados-membros, de acordo com o artigo 4<sup>a</sup> do Tratado de Dakar, firmado em 1994 pelos chefes de Estados membros.

No contexto da estratégia global de ajustamento de médio-prazo, adotada pelo governo Guineense para o período 1994-97, foram realizados progressos significativos em termos de indicadores macroeconômicos (taxa de câmbio, inflação, déficit externo). Antes do conflito de 1998, as reformas comerciais e a liberalização dos preços constituíam os aspectos mais bem sucedidos do programa de ajustamento estrutural. Um maior rigor na política monetária e o desenvolvimento do setor privado começaram também a revigorar a economia.

No entanto, em maio de 1997, a Guiné-Bissau aprofundou a cooperação monetária ao nível sub-regional, tornando-se, conforme já indicado, o oitavo país membro da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Isso permitiu uma maior estabilidade monetária e a criação de um ambiente mais atrativo para o investimento externo. Imediatamente antes do conflito político militar o país encontrava-se num período de crescimento econômico (5% em 1997), registrando melhorias em todos os indicadores de desempenho e reduzindo os desequilíbrios nas finanças públicas<sup>11</sup>.

A Guiné-Bissau estava a lograr progressos significativos na realização de reformas de fundo, com o objetivo de estabilizar a economia, fortalecer a administração fiscal, melhorar a gestão dos recursos públicos, reabilitar do sistema bancário e criar espaço para a expansão do setor privado, através da liberalização econômica e da redução do setor público. No entanto, os possíveis benefícios que poderiam vir a refletir-se nos padrões de vida da população foram prejudicados pelo conflito político militar de 1998-99, que veio a destruir as principais infra-estruturas socioeconômicas, causando um sério revés econômico para o país. O PIB diminuiu cerca de 28% em 1998, o que levou ao aumento do nível de pobreza da população. Logo após o fim do conflito, cerca de 88% da população vivia com menos de um dólar por dia e a vasta maioria dos indicadores sociais (como a esperança de vida e mortalidade infantil, condições sanitárias básicas, acesso à educação) estava ainda abaixo da média Africana (BANCO MUNDIAL, 2004).

---

<sup>11</sup>Disponível em: [www.port.pravda.ru/guinea-bissau](http://www.port.pravda.ru/guinea-bissau) Acesso em 07 de outubro de 2004.



## 4.2 Regulamento, Objetivos e Meio de Implementação da UEMOA

A União Econômica Monetária da África Ocidental é uma organização essencialmente econômica, que visa promover o bem-estar social e o desenvolvimento dos Estados-membros, de acordo com o artigo 4<sup>a</sup> do Tratado de Dakar em 1994, firmado pelos chefes de Estados membros.

A UEMOA tem como objetivos principais, segundo o mesmo Tratado:

- Reforçar a competitividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados Membros no âmbito de um mercado aberto e competitivo, e de um quadro jurídico racionalizado e harmonizado;
- Assegurar a convergência dos desempenhos e das políticas económicas dos Estados Membros, pela implementação de um processo de supervisão multilateral.
- Criar, entre os Estados Membros, um mercado comum, baseado na livre circulação das pessoas, dos bens, dos serviços, dos capitais e no direito de estabelecimento das pessoas que exercem uma actividade independente ou assalariada, bem como sobre uma Tarifa Exterior Comum e sobre uma política comercial comum.
- Harmonizar as legislações dos Estados Membros e, em particular, o seu regime fiscal na medida necessária ao bom funcionamento do mercado comum.
- Instituir uma coordenação das políticas sectoriais nacionais através da implementação de acções comuns e, eventualmente, de políticas comuns nos seguintes sectores: ordenamento do território, agricultura, meio ambiente, transportes, infra-estruturas, telecomunicações, recursos humanos, energia, indústria, minas e artesanato.

De acordo com Fernandes (2007, p.162)

No cumprimento dos objetivos da União, a Organização conta com a ação especial das suas instituições especializadas autônomas, Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO<sup>12</sup>), responsável pela emissão da moeda, política econômica e monetária da União e assistência aos Estados-membros nas suas relações com as instituições financeiras internacionais, e o

<sup>12</sup> BCEAO é o órgão responsável para emitir e gerenciar todas as políticas monetárias da União. Organismo cuja existência remonta a antiga Comunidade da África Ocidental Francesa cujo Estatuto foi anexado aos dois tratados da UMOA (12 de maio de 1962 e de 14 de novembro de 1973) e após com a transformação da UMOA para UEMOA em 10 de janeiro de 1994. Nos termos do artigo 40/2 do tratado da UEMOA de 1994, o Estatuto de BCEAO foi anexado ao tratado como um órgão autônomo especializado que ocorre os demais órgãos na realização dos objetivos da União. FREITAS, Elpidio. La Réglementation Bancaire au sein de l'Union Monétaire Ouest Africaine (UMOA), dans le Contexte de Intégration Juridique Régionale Africaine. In: Boletim da Faculdade de Direito de Bissau. V Jornadas Jurídicas. Integração e a Uniformização do Direito dos Negócios em África, n. 6, 2006, 115.

Banco Oeste Africano de desenvolvimento (BOAD<sup>13</sup>), que tem como missão promover a integração e a solidariedade regional mediante o financiamento de projetos de desenvolvimento que visam a diminuir o desequilíbrio.

## **4.3 Estrutura Institucional da UEMOA**

### **4.3.1 Órgãos da UEMOA**

#### **4.3.1.1 Conferência de Chefes de Estados e Governos**

É o órgão superior da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA), responsável pela condução política do processo de Integração. A comissão é composta pelos presidentes de Burkina-Faso, Benim, Costa de Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Niger, Senegal e Togo. Deve reunir-se sempre que é necessário, mas pelo menos uma vez por ano em sessão ordinária.

#### **4.3.1.2 Conselho de Ministros**

É o órgão que assegura a aplicação das orientações gerais definidas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. O Conselho aprova o orçamento, emite regulamentos, directivas e decisões. O Conselho pode delegar na Comissão a adopção dos regulamentos relativos à execução dos actos por ele emitidos. O Conselho é composto de dois (2) Ministros de tutela por cada um dos oito (8) Estados Membros e reúne-se em sessão ordinária pelo menos duas vezes por ano.

#### **4.3.1.3 Órgão Executivo**

A Comissão tem como objetivo executar o orçamento e adota regulamentos de execução em aplicação dos actos do Conselho de Ministros. A Comissão é composta de oito

---

<sup>13</sup> BOAD o Banco Oeste Africano de Desenvolvimento, foi criada em 14 de novembro de 1973 entre os Estados-membros da União Monetária da África Ocidental (UMOA) e entrou em operação em 1976, como Organismo de apoio ao projeto de desenvolvimento nos Estados Membros. Com a transformação da UEMOA. UMOA em UEMOA, em 10 de janeiro de 1994, o acordo do BOAD foi anexado ao tratado da UEMOA.

membros designados “Comissários”, os quais são nomeados pela Conferência (um Comissário por Estado Membro) para um mandato de quatro (4) anos, renovável.

#### 4.3.1.4 Órgão de Supervisão

Existem dois órgãos: um de supervisão jurisdicional e outro de supervisão parlamentar.

#### 4.3.1.5 Órgão de Supervisão Jurisdicional

O Tribunal de Justiça assegura o respeito da lei em matéria de interpretação e aplicação do Tratado da União e das disposições jurídicas comunitárias. É composto de oito membros, um por cada Estado Membro, sendo o mandato de seis anos renovável, e o Tribunal de Contas assegura a supervisão das contas dos órgãos da União. Está também encarregado da verificação e confiabilidade dos dados que figuram na lei de finanças dos Estados a pedido destes.

#### 4.3.1.6 Comitê Interparlamentar

Atua como Parlamento da União, e é o órgão de controle democrático das ações da UEMOA, cuja criação está prevista no Tratado. Pelo diálogo e pelo debate, o Comitê contribui para os esforços de integração da União. Compõe-se de quarenta (40) membros designados pelos órgãos legislativos de cada um dos oito Estados Membros, na proporção de cinco (5) por membro.

#### 4.3.1.7 Câmara Consular Regional

É o quadro privilegiado de diálogo entre a UEMOA e os principais operadores econômicos. Está encarregado da realização efetiva do envolvimento do setor privado no processo de integração da UEMOA. A Câmara Consular Regional compreende 56 membros, representando as Câmaras Consulares nacionais e as associações patronais dos oito (8) Estados Membros, na proporção de sete representantes por Estado.

#### 4.3.1.8 Instituições Autônomas Especializadas

- Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO): é um instituto comum de emissão da UEMOA, e o órgão de gestão da política monetária e de crédito. Assegura também o controle da regulamentação bancária e da supervisão bancária, através da Comissão Bancária a quem compete, em conformidade com os estatutos, controlar as atividades bancárias da União<sup>14</sup>.
- Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD): é a instituição comum de financiamento e do desenvolvimento dos Estados Membros da União, que promove o desenvolvimento equilibrado dos Estados membros e a realização da integração econômica da África Ocidental, através do financiamento de projetos prioritários de desenvolvimento.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.bceao.int/> Acesso em 31/08/09

## **5 PRINCIPAIS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS DERIVADOS DA PARTICIPAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA**

Nesse capítulo será desenvolvida uma análise sistematizada dos principais indicadores socioeconômicos de Guiné-Bissau à luz da sua participação na UEMOA, procurando verificar onde o processo de integração efetivamente contribuiu positivamente para a melhoria da qualidade de vida da população e para a solidificação de estruturas sociais e econômicas que permitam ao país avançar em diferentes níveis.

Deve ser ressaltado, todavia, que alguns aspectos apresentam-se como limitadores da análise realizada, muito embora uma visão sistêmica do processo de integração permita superar em parte essas limitações.

Como primeiro aspecto limitador pode-se citar a dificuldade em mensurar exatamente o impacto das medidas adotadas no contexto do processo de integração econômica relativamente aos vários indicadores citados, pois outros processos, com dinâmicas próprias, inevitavelmente apresentam influência nesses mesmos indicadores. Como exemplo, citamos o processo político recente observado no país, a conjuntura internacional e a dinâmica de ajustes internos da sociedade de Guiné-Bissau, que demonstra enorme esforço na busca da normalidade social, bem tão precioso após anos de devastadores conflitos.

Outra dificuldade a ser destacada refere-se à dinâmica tão particular vivida por Guiné-Bissau nos últimos 35 anos, marcada por grandes rupturas políticas, sociais e econômicas. A evolução dos diversos indicadores está impregnada por esses acontecimentos tão marcantes, o que torna a tarefa de análise um exercício que exige uma grande abstração, para se possa extrair de dados, com ciclos tão particulares e inconstantes, conclusões verdadeiramente relevantes.

A crise político militar, que devastou o país em 1998, pôs em causa todo o esforço que vinha sendo efetuado durante os anos anteriores para o relançamento da economia. O conflito causou enormes prejuízos em todos os setores de atividade, tendo fragilizado os ganhos que tinham permitido prever o restabelecimento dos equilíbrios internos e externos.

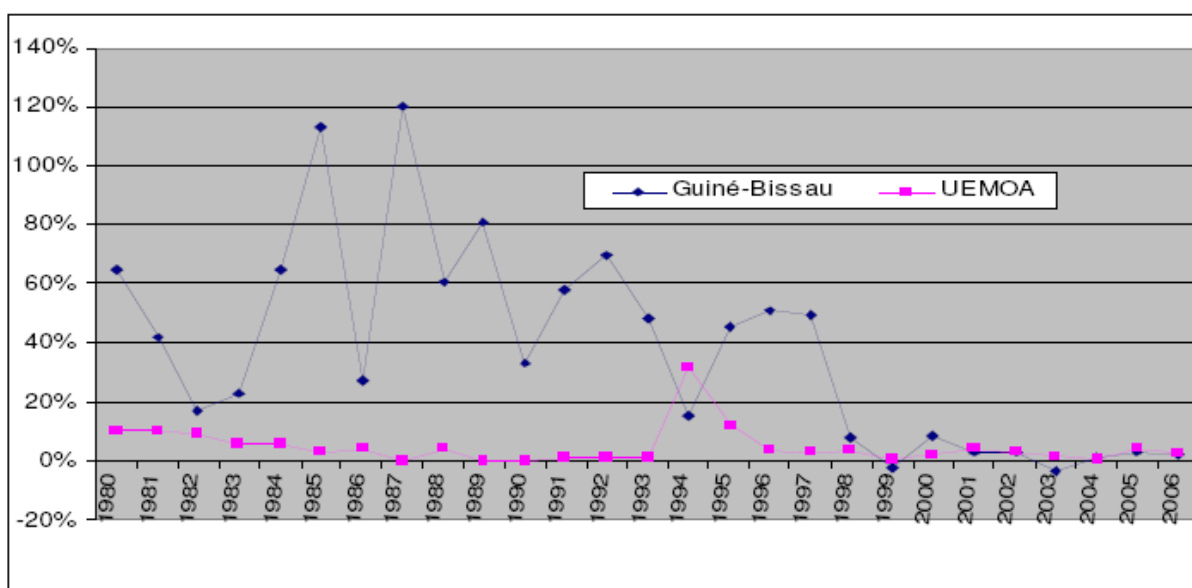
O conflito político militar e a persistente crise financeira que abalaram o país aprofundaram o considerável atraso relativamente às outras economias da sub-região. Isso pode ser observado comparativamente mesmo com os outros países membros da UEMOA, que não apresentaram problemas internos de tal magnitude.

Para complicar ainda mais a situação, o processo de procura da paz, da segurança e da estabilidade institucional tem vindo a absorver os dirigentes que se têm sucedido no poder a um ritmo que, não obstante algumas tentativas, não permite nenhum planeamento e muito menos uma definição de estratégia. Tudo isso contribui para a quase completa paralisação das atividades económicas. Acontece que todo esse período após a adesão da Guiné-Bissau à UEMOA e no qual o país esteve pouco ativo no processo de integração, correspondeu ao período em que se esteve a discutir as opções estratégicas do processo de integração no seio da UEMOA e da consolidação das reformas estruturais. Isso fez com que a Guiné-Bissau não tenha podido organizar-se suficientemente nem devidamente para uma participação efetiva no processo de integração relativo à UEMOA. A Guiné-Bissau tem se esforçado para conquistar o tempo perdido, embora com muitas dificuldades, entre as quais se destaca a barreira lingüística, uma vez que é o único país de língua portuguesa dentro do espaço da UEMOA. O seu principal concorrente, em termos de mercado externo, Senegal, tem vindo a distanciar-se cada vez mais em quase todos os aspectos da modernização da sua economia e em matéria de reforço das suas capacidades humanas. (CESO CI, 2006).

## **5.1 Análises Gerais**

Segundo Mendes (2009), contrapondo-se ao principal custo ligado à adesão a uma zona monetária, que seria a ausência da autonomia da política monetária e cambial, temos, resumidamente, os seguintes benefícios decorrentes da participação da Guiné-Bissau na UEMOA: eliminação dos custos de transação, diminuição do risco cambial e estímulo do comércio entre os países participantes.

O mesmo autor apresenta algumas análises que permitem uma melhor visualização das variáveis económicas sob efeito do processo de integração. Na figura 7 pode-se observar a mudança no perfil de variação interna da moeda, comparativamente com os demais países da UEMOA. A desvalorização da moeda em relação ao dólar americano atingiu o ápice em 1987, com 120%, e a partir de 1998 percebe-se uma importante estabilização, com variações anuais na casa de um dígito.



**Figura 6 - Estabilização do valor interno da moeda**

Fonte: Mendes (2009)

Os principais impactos verificados no setor financeiro seriam a diversificação da paisagem bancária, o reforço da credibilidade do sector financeiro, a sofisticação do sistema e meios de pagamentos, a participação num mercado regional mais alargado (monetário, interbancário, de títulos de dívida pública, financeiro), além da diminuição das taxas de juros (MENDES, 2009).

Mendes (2009) ainda afirma que, por outro lado, o setor público apresentou, em decorrência das medidas adotadas no contexto do processo de integração: fim do financiamento monetário (emissão de moeda para sustentar os gastos públicos), acesso ao mercado de títulos de dívida pública e maior disciplina fiscal.

De acordo com Gomes (2007), os benefícios do processo de integração na Guiné-Bissau são inúmeros e substanciais:

Com efeito, após o início do seu processo de integração na União em 2 de Maio de 1997, o crescimento económico que tinha tido o seu início no princípio da década estabilizou-se em torno de 5% ao ano, a inflação medida pelo índice de preços no consumidor da cidade de Bissau passou de 65% em 1996 para 16,8% em Dezembro de 1997, apresentando uma média anualizada de 8% em Março de 1998, o que permitia esperar uma evolução compatível com os critérios de convergência da zona. A balança de pagamentos melhorou substancialmente graças à duplicação das exportações de castanha de caju, resultante do aumento da produção e do escoamento do estoque de 1996. As estimativas apontavam para um crescimento das exportações de 28%, refletindo já os resultados da integração. As finanças públicas também conheceram uma evolução favorável, tendo o deficit, excluídas as transferências oficiais, passado de 27,5% em 1996 para 23,4% do PIB em 1997. O participação da receita em relação ao PIB chegou a 15,3% em 1997, contra 12,5%

em 1996, originando um saldo primário de 5,4% do PIB, superior às previsões iniciais. (GOMES, 2007 p.7 )

Houve ainda significativa evolução dos agregados monetários, desenhando-se assim um quadro que, com a aplicação das políticas comuns e das políticas setoriais comuns em vigor na União, apresenta-se propício à decolagem econômica do país, com o apoio da comunidade internacional e a plena participação dos investidores privados nacionais e estrangeiros, no esforço de desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau. Tudo isto, num quadro macroeconômico estável e controlado, beneficiando das vantagens organizacionais, institucionais, econômicas, políticas e sociais inerentes à integração do país na UEMOA. Embora esta dinâmica tivesse sido travada pelos incidentes de percurso atrás relatados, os resultados poderiam ter sido muito piores (GOMES, 2007).

A análise de Gomes (2007) prossegue afirmando ainda que, em função da cooperação e da solidariedade, princípios cardinais da União, de que o país se beneficiou como membro de pleno direito da UMOA/UEMOA, a gestão macroeconômica manteve-se dentro de limites aceitáveis, de tal modo que, observando-se as estatísticas financeiras do país, ninguém poderia, razoavelmente, aceitar que se trata do mesmo país que conheceu as vicissitudes citadas, ainda que muito brevemente. Conclui que essa solidariedade foi institucional no quadro da União, política em nível das instâncias de decisão da União, da CEDEAO e mesmo mais além, financeira em várias ocasiões em que foi necessário dar resposta a necessidades urgentes e inadiáveis de tesouraria.

Mas são as expectativas de desenvolvimento, consequência lógica de uma implementação eficiente das políticas setoriais, num quadro macroeconômico saudável, em que prevaleçam as boas práticas, fortemente vitimadas pela turbulência político-social vivida pela Guiné-Bissau, que ganham destaque especial. Esse otimismo, que está baseado em dados concretos, transparece na afirmação de que

com o advento da paz e a restauração da ordem constitucional e com as perspectivas de médio e longo prazo criadas pelo petróleo e outras indústrias mineiras como o fosfato, com a chegada em 2008 de energia barata de origem hidroelétrica no quadro da OMVG de que a Guiné-Bissau é membro e, sobretudo, com o compromisso da classe política, da classe castrense e da sociedade civil num processo de reconciliação nacional, a Guiné-Bissau está a adquirir de novo o direito de sonhar. Mas para ter direito ao sonho, há muito trabalho a fazer para que o país possa, finalmente, aproveitar plenamente da sua participação no espaço UEMOA. (GOMES, 2007 p.8)



Buscando desenhar um panorama do impacto que a adesão à UEMOA possa estar representando nas eventuais melhorias que o país apresenta ao longo dos últimos anos, serão apresentadas, ao longo próximo tópico desse trabalho, informações relativas a vários aspectos da conjuntura socioeconômica da Guiné-Bissau. Conforme já ressaltado anteriormente, algumas alterações no curso dos indicadores apresentados podem ser creditados diretamente ao processo de integração da Guiné-Bissau na UEMOA, e serão assim apresentados. Outras variações, todavia, por serem consequência de uma conjugação de fatores, não serão vinculadas diretamente ao processo de integração econômica, embora depreenda-se a ligação indireta em todos os aspectos nacionais a serem citados.

## **5.2 Principais Indicadores e Tendências**

### **5.2.1 Economia**

Conforme os dados do Banco Mundial (2007), o atual programa do Governo da Guiné-Bissau preconiza o saneamento das finanças públicas, a promoção do crescimento rápido e sustentado da economia e o alívio da pobreza como pilares da sua atuação. Entretanto, é reconhecido que a situação econômica continua a caracterizar-se, nos dias atuais, por fortes desequilíbrios estruturais e macroeconômicos que se traduzem, por sua vez, em grave desequilíbrio externo, produtividade muito baixa e ausência de competitividade, ao que se junta um acentuado desequilíbrio nas contas públicas.

A limitação de recursos tributários tem condicionado fortemente as despesas públicas e inviabiliza, de certa forma, a aplicação efetiva de uma política de redução de pobreza e da melhoria da vida das populações, sobretudo das mais carentes. Esta condição vem impondo uma redução substancial no nível das despesas, e, ao mesmo tempo – como decorrência – obriga à identificação de um núcleo de projetos prioritários nos quais deverá estar centrada o essencial das despesas públicas. (CESO CI, 2006).

De acordo com Seidi (2007), o desempenho econômico recente tem sido parcialmente satisfatório, quando comparado com a evolução da economia no período anterior à eclosão do conflito armado de 1998. Com efeito, o PIB real cresceu a uma taxa de 4,8% em 1996 e de 6,5% em 1997, tendo caído, em decorrência do conflito armado, em cerca de 28% em 1998.

Embora o setor agrícola seja o motor da economia, a sua produtividade continua muito baixa. A melhoria da produtividade dos fatores requer a mudança da força de trabalho do

setor agrícola para setores com maior dinamismo e com maior potencial para a redução da pobreza, tais como a construção e os serviços, o que implica a implementação de uma ampla escala de reformas estruturais a fim de melhorar a habilitação educacional e o desenvolvimento do setor privado.

Dados do FMI (2009) indicam projeção da receita, como percentagem do PIB, em torno de 11,5% para 2010, como resultado das reformas em curso de execução nas administrações fiscais, nomeadamente na administração aduaneira. A previsão de arrecadação de receitas continua centrada nas operações de comércio exterior, nomeadamente a exportação da castanha de caju e as importações de arroz, cujas operações deverão crescer em linha com o crescimento nominal do PIB. A principal inovação na gestão da tributação interna relaciona-se com a criação da Direção de Serviços das Grandes Empresas (DSGE), cuja filosofia de atuação assenta na simplificação dos procedimentos de liquidação e de pagamento, assim como na elaboração de manuais de procedimentos, porquanto a modernização de serviços deve ser acompanhada pela modernização das formas de proceder.

Por outro lado, no tocante às despesas, espera-se, comparativamente aos níveis de 2005, a sua diminuição relativamente ao PIB. Para tal, as ações do Governo estarão focalizadas na liberação de recursos para as franjas mais pobres e carentes da população. A implementação da reforma administrativa, com a subsequente reforma/reconversão de funcionários e de funções por parte do Estado, poderá contribuir para a criação de margem de manobra capaz de favorecer a definição de uma política de remuneração adequada aos fins (produção de bens públicos) e aos meios financeiros existentes (recursos orçamentais próprios).

Em termos da relação massa salarial/receitas totais, esta passaria, naquele período, dos atuais 60% para cerca de 34%, em 2011, nível superior ao estabelecido no Pacto de Convergência da UEMOA, que traduz a necessidade de se continuarem as reformas. Perspetiva-se ainda que as despesas correntes não relacionadas com os salários decresçam em 0,7 %, enquanto que as despesas do programa de investimentos deverão ser aumentadas em 16 %, relativamente à execução de 2005. Em face das suposições anunciadas, o saldo primário deverá decrescer em cerca de 4 pontos percentuais em termos de porção do PIB, sendo que para o "déficit" global (incluindo donativos) estima-se que se situe em 8% do PIB, materializando uma diminuição de cerca de 3 pontos percentuais comparativamente ao nível observado em 2005, que foi de 12% . (CESO CI, 2006).

A alocação de recursos públicos sofre influência, significativamente, do serviço da dívida pública (interna e externa). O estoque da dívida pública impõe uma séria restrição ao

processo de alocação de recursos às prioridades identificadas. O sistema de projeção e de acompanhamento das obrigações decorrentes da dívida, embora com algum progresso, ainda sofre sérias restrições. Impõe-se, de igual modo, a persistência de padrões que privilegiem uma criteriosa e cautelosa política de novos endividamentos, de maneira a fazer face ao serviço de dívida já assumido. Relativamente à regularização do serviço de dívida externa, excluindo o Banco Mundial e o FMI, todas as demais obrigações vencidas não foram pagas, aumentando a acumulação de atrasados externos. (BANCO MUNDIAL, 2007; FMI, 2009).

Entretanto, a questão da dívida interna deverá persistir, principalmente na componente ligada às instituições financeiras da UEMOA, devido à magnitude das obrigações contraídas e assumidas pelo Estado no quadro da adesão à UEMOA. Estas representavam, em finais de 2005, o equivalente a 40% do PIB (BANCO MUNDIAL, 2007; FMI, 2009).

Os esforços tendentes ao restabelecimento da fiscalização das finanças públicas continuam a evoluir, tendo sido disciplinada a centralização das operações de engajamento de despesa no Ministério das Finanças e o encerramento de todas as contas bancárias fora do Banco Central. O Comitê de Tesouraria, instituído no quadro da gestão financeira dos Fundos de Gestão Económica de Urgência (FGEU), deve continuar a merecer papel de destaque na programação financeira do Estado, principalmente se reconhecermos que no quadro da execução orçamental a gestão de tesouraria deve ser reforçada por forma a ser prosseguido o objetivo de não acumulação de novos atrasados de pagamentos internos e externos.

Os dados do Banco Mundial (2007) indicam que as receitas tributárias evoluíram de um nível de arrecadação de 12.820 milhões de FCFA em 1999 para 18.334 milhões de FCFA no ano de 2005, o que significa que, em termos relativos do PIB, passaram de 9% para 12 % do produto interno, embora, apesar da melhoria verificada, os níveis de arrecadação continuarem a situar-se abaixo da média regional, designadamente do espaço UEMOA.

Em termos de participação relativa ao PIB, as receitas ligadas ao comércio internacional têm mantido um nível constante, fixando-se em termos médios em cerca de 5% do PIB ao longo do período. Tal evolução pode ser explicada pelo fato de que, apesar do desagravamento provocado, a partir de 2000, com a introdução da Tarifa Exterior Comum (TEC) na UEMOA, os níveis de arrecadação dos direitos de importação terem permanecido constantes em termos relativos das receitas tributárias, situando-se atualmente em cerca de 20% das mesmas.

As ações de reforma em curso de execução, caracterizadas fundamentalmente pela simplificação dos sistemas tributários e pela redução do número de impostos, devem ser continuadas e reforçadas, no sentido da evolução lógica e previsível, no médio prazo, para a

introdução do Imposto sobre valor agregado (IVA). Os esforços da modernização da administração tributária deverão evoluir no sentido da revisão da legislação tributária por forma a permitir a sua sistematização em códigos gerais e pela criação de imposto global e progressivo sobre a renda pessoal para substituição dos sistemas baseados no tipo de renda.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (2009), uma reavaliação do PIB, com base em ajustes na formulação de cálculo, mudou o PIB 2008 de 183 bilhões de FCFA para 377 bilhões de FCFA. Isso trouxe como consequência a melhoria de alguns índices (PIB per capita, relação entre dívida pública e PIB, por exemplo), e por outro lado, a deterioração de outros indicativos (taxa de pressão fiscal e taxa de investimento, por exemplo).

Para o período de 2003 a 2008, a nova série indica uma taxa de crescimento médio superior ao da antiga série:

**Tabela 2 - Taxa de Crescimento Médio do PIB**

Taxa de crescimento	2004	2005	2006	2007	2008	média
Nova Série	2.8	4.3	2.1	3.2	3.2	3.1
Antiga Série	3.1	3.8	2.0	2.7	3.1	2.9

Fonte: <http://www.didinho.org/ANOVASERIEDECONTASNACIONAIS.pdf>: Acesso, 21/12/2009

**Tabela 3 - PIB e seus empregos em 2008, em bilhões de FCFA corrente**

Produto Interno Bruto	377
Consumo Final	403
Consumo Final das Famílias	357
Consumo Final das Administrações Públicas	46
Investimento	33
Exportação Líquida	-59
Exportação	59
Importação	118

Fonte: <http://www.didinho.org/ANOVASERIEDECONTASNACIONAIS.pdf>. Acesso: 21/12/2009

## 5.2.2 Atividades Produtivas

Da independência até meados dos anos 80, o país optou por um sistema econômico centralizado e essencialmente voltado ao mercado interno e à substituição das importações. A forte intervenção do Estado na economia, bem como uma afetação de recursos guiada mais por opções políticas do que por uma verdadeira satisfação das necessidades reais, foi um enorme obstáculo à valorização do potencial de crescimento econômico do país. Talvez seja por isso que a economia da Guiné-Bissau tenha conhecido uma evolução relativamente fraca de 1974 até os nossos dias, com uma taxa anual de crescimento do PIB real por habitante de 2% em média. Se tomarmos em conta a taxa de crescimento demográfico, confirma-se uma certa degradação do nível de vida das populações.

As opções políticas feitas após a independência do país levaram à criação de várias empresas públicas industriais, comerciais, agrícolas e de serviços que, por razões diversas, acabaram, muitas delas, por falir, criando sérios desequilíbrios econômicos cujos efeitos ainda hoje se sente.

Nos finais dos anos 1980, conforme apontado no relatório do CESO CI (2006), iniciou-se o processo de correção dos desequilíbrios internos e externos criados por essas opções políticas, através de programas de reformas apoiados pelo FMI e Banco Mundial. Essas reformas, se bem que tímidas, permitiram o restabelecimento de alguns equilíbrios macroeconômicos e o aumento do crescimento anual, estimado em cerca de 4% (taxa nominal) em média entre 1994 e 1997. Foi também durante esse período que o setor privado pode finalmente começar a jogar o seu papel de dinamizador da economia. Contudo, como consequência das liberalizações econômica e política, esse desenvolvimento do setor privado limitou-se essencialmente ao setor comercial, menos exigente em termos de clima de negócio propício. Nessa linha observou-se predominância da castanha de caju, como efeito do elevado preço internacional. Atualmente, esse produto representa cerca de 95% da receita de exportação da Guiné-Bissau.

O período de 1994–1997 corresponde para a Guiné-Bissau, a uma era de relativos progressos no que respeita à estabilização da situação macroeconômica e financeira, como já assinalado. Foi durante esse período que se adaptaram e se iniciaram as reformas estruturais fundamentais, como sendo: reformas fiscais; adoção da uma nova tarifa aduaneira; melhoria

na gestão das despesas públicas; racionalização da admissão na função pública; e reforma das empresas públicas, etc.

A adesão à UEMOA veio reforçar a estabilidade monetária, levando à adoção de leis e regulamentos bancários da zona do franco CFA que estabilizaram a taxa de câmbio. Todas essas reformas permitiram um crescimento do PIB da ordem dos 2% anuais.

Esse crescimento económico fraco acontece, sobretudo, pela dinâmica setorial, que se baseou essencialmente numa agricultura de carácter extensivo, produzindo principalmente para o mercado local e exportando apenas um único produto castanha de caju.

Para que a agricultura sirva de estimulador do crescimento mais elevado, ela deve sofrer uma transformação séria, que só será possível com a promoção do investimento direto estrangeiro para o setor, o que pode ser incrementado no país pelo processo de integração.

### 5.2.2.1 A estrutura da produção

#### 5.2.2.1.1 *O setor agrícola e rural*

A Guiné-Bissau depende praticamente apenas do setor agrícola e rural, quer pela sua contribuição na formação do PIB (50%), quer para as receitas de exportação (93%), quer para o emprego (82%), o que naturalmente requeira para na sua importância para o orçamento do Estado. Teoricamente, o setor agrícola é a espinha dorsal da economia guineense, sendo apontado muitas vezes como podendo representar o motor do crescimento económico e o principal meio de combate à pobreza.

De acordo com Seidi (2007 p. 10), a agricultura guineense é praticada por duas categorias de agricultores:

- Os pequenos produtores das aldeias (Tabancas), estimados em cerca de 90.000 explorações que constituem o essencial da população rural e contribuem com 90% do total da produção, e
- Os Ponteiros (2 200 concessões dos quais 1.200 funcionam efetivamente), que possuem explorações agrícolas «modernas», dispondo de concessões fundiárias importantes (de dimensão média de 136ha, variando entre 20 a 3 000 ha) feitas pelo Estado, cobrindo 27% das terras aráveis (ou seja, 9% da superfície total do país) e ocupando as melhores terras agrícolas.

Dados do Banco Mundial (2008) indicam que da superfície cultivada na Guiné-Bissau, algo como 80.000 ha são cultivadas em arroz, sendo 37% de arroz pluvial (pam pam) e 63% de arroz de bas-fonds e de mangrove. A superfície do arroz de mangrove de água salgada é estimada em 45 %.

As outras culturas são o milho preto (cerca de 16.000 ha), o sorgo, o milho cavalo e o fumo, cobrindo no total uma área de 70.000 ha, com rendimento de 500 a 1.000 kg/ha.

As restantes produções incluem o amendoim (20.000 ha), a mandioca, o algodão (3.000 ha) e o caju (cerca de 165.000 ha), bem como o feijão, os legumes frescos, outros tubérculos, o óleo de palma e as frutas (bananas, mangas, citrinos, noz da cola, etc.).

Pelo exposto se constata que a agricultura guineense é praticada de forma extensiva e baseada, quase que na sua totalidade, nos sistemas de exploração tradicional, aproveitando apenas os recursos naturais e a mão-de-obra. Para além do carácter extensivo, a agricultura guineense está sujeita a dificuldades de várias ordens, destacando-se: a irregularidade das chuvas, aliada ao não controle das águas; fraca taxa de uso de equipamentos; encravamento das zonas de produção; fraco acesso ao crédito; dificuldades ligadas à conservação, estocagem, transformação, transporte, comercialização e sistemas de informação de mercados; concorrência cada vez maior dos produtos regionais e internacionais.

A castanha de caju é, como já informado, a principal cultura de exportação e para a qual a Guiné-Bissau dispõe de significativas vantagens comparativas, tais como o clima e as propriedades do solo. A produção e exportação da castanha de caju na Guiné-Bissau apresentam um sucesso considerável. Não obstante o conflito político militar, restrições financeiras e económicas, pouco apoio do governo, relatos de corrupção, interferências e manipulações do mercado, o país é, neste momento, um dos maiores produtores da castanha de caju e um dos três maiores exportadores in natura desse produto. De acordo com estudos recentes, existe possibilidade de aumento da produção devido, sobretudo, à juventude dos pomares, mas também pela melhoria da produtividade das plantações, utilizando um melhor espaçamento entre as plantas e utilizando a enxertia como método de plantação. Contudo, o setor do caju da Guiné-Bissau ainda não conseguiu ir para além da produção do caju como matéria-prima. Ainda não existe nem um forte posicionamento no mercado, nem um significativo acréscimo de valor à produção. O país encontra-se neste momento economicamente dependente da produção do caju e, até o período atual, a sua participação na economia global é relativamente passiva. Os agricultores têm respondido ao preço, e, sem necessidade de nenhum controle químico, nem restrições sérias em termos de disponibilidade

de terra, a produção tem vindo a crescer. Felizmente, a variedade de caju plantada tem elevado rendimento em amêndoa, e o caju bruto da Guiné-Bissau é dos mais bem pagos no comércio internacional.

A gigantesca empresa de comércio e processamento sediada em Singapura, a Olam International, tem planos de abrir uma unidade de processamento na Guiné-Bissau, com uma capacidade de processamento anual de 10.000 ton. de castanha bruta – dez vezes o tamanho de qualquer das unidades que atualmente operam no país. Se isso acontecer, significa que a Guiné-Bissau terá brevemente capacidade para processar entre 10% a 15% da produção da sua castanha bruta, e o país poderá começar a ter presença visível no mercado internacional da amêndoa, o que, de qualquer forma, exigirá um grande esforço de promoção e marketing.

A produção horto-frutícola fez sempre parte do sistema de produção das famílias camponesas guineenses, tendo por base o uso de espécies e variedades locais. Os produtos destinavam-se mais à subsistência do agregado familiar do que propriamente para fins comerciais. O aumento da produção horto-frutícola para fins comerciais foi estimulado pela crescente monetarização da economia rural, facilitada pela liberalização econômica que ocorreu a partir de 1986. Foi essa possibilidade de comercialização que permitiu que mais ponteiros e pequenos agricultores investissem na plantação de árvores de frutas e na horticultura, nomeadamente mangueiras, cajueiros, citrinos, ananaseiros, bananeiras e outras frutas como fonte de rendimentos monetários.

De acordo com um estudo do Banco Mundial a área de produção hortícola cresceu de 100 ha em 1986 para 559 ha em 1995, e a produção, de 1.500 tons para 13.763 tons no mesmo período, ou seja, a área hortícola útil cresceu cinco (5) vezes mais e a produção aumentou nove (9) vezes mais, incluindo a de hortícolas como alface, cenoura, pimenta, repolho e tomate. A área total ocupada pelas árvores fruteiras também aumentou. O mesmo estudo revela que em 1953 a fruticultura ocupava 4.000 ha de solo, com apenas 320 mil bananeiras, 221 mil mangueiras locais (1.900 ha) e 112 mil papaieiras. Já em 1992, a área total ocupada pelas árvores fruteiras era estimada em 15.000 ha, com uma produção total calculada em 76.559 tons, sendo 65.000 tons de mangas, 5.000 tons de bananas e 6.559 tons de citrus. Hoje em dia estima-se que o país tenha 2.000 ha de pomares com mangas melhoradas, dos quais cerca de 794,4 ha em plena produção, plantados principalmente com variedades Kent e Keit.

Analisando os dados de produção disponíveis, constata-se que, quer a área útil quer a produção horto-frutícola, têm ocorrido crescimento nas últimas décadas, sendo o aumento da produção de mangas e de citrinos mais espetacular. Dentre as hortícolas, as de tomate, cebola,



alface, beringela, couve e pimenta revelaram-se com incremento anual maior. Refira-se que o potencial produtivo da fileira horto-frutícola do País é enorme: as condições agro-ecológicas, em particular a disponibilidade de terra arável (do planalto e basfonds) e chuva abundante, associadas à crescente capacidade técnica dos produtores, são importantes fatores.

Existe alguma exportação de legumes para a sub-região, para o Senegal majoritariamente. De igual forma, a exportação de frutas faz-se principalmente para os países da sub-região e para Portugal. Há igualmente registros de se terem exportado cerca de 132,6 toneladas de mangas, 871,9 toneladas de laranjas e 186,6 toneladas de bananas. Porém, de acordo com informações dos produtores, mais de 30% da produção é exportada ilegalmente, não constando por isso nas estatísticas oficiais. (SEIDI, 2009)

De acordo com os registros da Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau, o país terá neste momento cerca de 2.000 ha de pomares melhorados, com potencial para produzir anualmente cerca de 30 mil toneladas de frutas, com um valor estimado em 10.2 bilhões de francos CFA. (SEIDI, 2007)

#### *5.2.2.1.2 Setor empresarial*

Atualmente, existem cerca de uma dezena de empresas industriais privadas, nacionais, em atividade, na sua maioria no setor do processamento da castanha de caju, e quase todas elas se encontram em situação de alguma dificuldade.

O setor industrial público em vias de privatização também se encontra em más condições, estando a sua maioria em processo de liquidação.

Em 1997, o tecido industrial era constituído por uma dezena de médias empresas (com efetivos superiores a 50 trabalhadores). Eram, na sua maioria, de estrangeiros, essencialmente nos domínios dos serviços (bancos, empresas de distribuição de combustíveis, companhias de seguros, empresas de construção e obras públicas, operadores de telecomunicações, operadores aeroportuários), e uma no setor industrial (cervejeiro). Essas empresas eram também, na sua maioria, pouco competitivas e pouco integradas no tecido local. (CESO CI, 2006).

Guiné-Bissau não tem muita tradição industrial, e, por isso, não tem uma classe empresarial nem laboral, com hábitos e conhecimentos que permitam desenvolver uma atividade industrial de forma equilibrada. As estruturas de transformação, salvo raras exceções, são artesanais, ou quando muito, semi-artesanais.

Por causa disso, a contribuição do setor industrial para o PIB é muito fraca. De fato, não obstante a política de substituição de importações, adotada nos primeiros anos da independência, a economia guineense é pouco industrializada. E as poucas indústrias existentes ou emergentes foram particularmente danificadas pela destruição da Zona Industrial de Brá, palco da maior parte do conflito.

As razões da fraca industrialização vão desde questões que se prendem com a economia de escala até aos problemas ligados às infra-estruturas de apoio à produção nomeadamente a penúria de eletricidade, que se fez sempre sentir no país. Após o crescimento verificado no período logo a seguir à independência, pela adoção da política de substituição de importação em voga, o setor secundário tem vindo a registar perdas líquidas de crescimento da ordem de 1,7% ao ano. O valor adicionado do país tem potencialidades de ser melhorado através da agroindústria e da transformação e comercialização da madeira, desde que se realizem progressos no sentido da densificação e do reforço das infra-estruturas de base.

Segundo um relatório do FMI (2007), uma outra dificuldade da industrialização tem a ver com as restrições de financiamento. Na Guiné-Bissau, até bem recentemente existia apenas um banco e duas companhias de seguro. Em 2006 foram abertos mais dois bancos. Dessa forma, o sistema financeiro pode ser considerado pouco diversificado e em completa inadequação com o setor produtivo. Os bancos existentes apenas concedem créditos de curto prazo (créditos de campanha, financiamento às exportações e financiamento ao comércio) e, mesmo assim, não é acessível a todas as empresas. Não existem no país instrumentos de financiamento de médio e longo prazo. Também não existem serviços ligados às empresas (aproximação de empresas, informação comercial, serviços para criação de empresas ou de pesquisa de oportunidades).

### *5.2.2.1.3 Turismo e hotelaria*

O Turismo na Guiné-Bissau compreende três ramos: O turismo de negócios, concentrado mais na capital, Bissau; o turismo de lazer, que se concentra nas Ilhas do Bijagós e na zona costeira norte do país, no prolongamento de Cape Skring; e o turismo do interior.

Concentrando-se em Bissau, o turismo de negócios tem como suporte essencialmente os dois grandes hotéis existentes, o Bissau hotel e o Hotel 24 de Setembro, ambos com mais

de 100 quartos. Mas também, sobretudo após o conflito político militar, passou a contar com unidades de pequena dimensão: Residencial Coimbra; Aparthotel Lobato, Residencial Santa Rosa; Aparthotel Jordani; Aparthotel Ancar.

A maior parte do turismo de lazer é praticada nas Ilhas dos Bijagós, que constitui um dos maiores produtos turísticos da Guiné-Bissau. Trata-se de um turismo seletivo, e dedicado à prática da pesca desportiva, que começava a ter sucesso apreciável antes do conflito político-militar. Nas ilhas também era oferecido o produto África Queen; um pequeno iate, com 15 cabines duplas, que servia para a descoberta das ilhas dos Bijagós, que são na maioria desabitadas. O maior obstáculo a um maior desenvolvimento do turismo nas ilhas dos Bijagós tem a ver com a escassez ou mesmo a inexistência de transportes entre o continente e as ilhas.

Antes do conflito as taxas de ocupação eram elevadas, chegando a atingir 90%. A taxa de ocupação neste momento é de 18% e, segundo Cruz (2007), essa queda deve-se:

- a má imagem da Guiné-Bissau nos mercados turísticos europeus;
- ao muito elevado custo dos transportes aéreos, sobretudo os provenientes de países europeus, em comparação com os voos charters destinados a capital de Senegal Banjul;
- a uma forte diminuição da população expatriada, maiores clientes do turismo de fim-de-semana no interior do país.

Tal como o turismo balnear e temático (pesca desportiva), o turismo do interior (sobretudo o produto ligado à pequena caça) confronta-se com um duplo problema: o custo dos transportes e a má imagem do destino Bissau. Existe, contudo, um grande potencial, seja para o turismo de pesca desportiva, como para o turismo de pequena caça, que para serem aproveitados será necessário proverem algumas necessidades:

- negociar-se linhas de crédito para a reabilitação dos projetos;
- desenvolvimento de carreiras ou possibilidades de transporte a partir da Europa;
- levar a cabo operações de marketing para o relançamento do produto turístico guineense nos diferentes mercados. (CRUZ, 2007).

### 5.2.3 Infra-estrutura

### 5.2.3.1 Energia e Águas

No que diz respeito ao setor energético, na capital Bissau, apenas 30% da população está conectada à rede elétrica. Noutras capitais de região essa percentagem é ainda bem menor. O país possui uma taxa de eletrificação de apenas 12%, a mais baixa da sub-região, com custos de serviços elétricos cerca de cinco vezes mais elevados do que no Senegal, por exemplo. O setor de energia caracteriza-se por um serviço deficiente quer em termos de quantidade como de qualidade, por causa do caráter obsoleto do parque instalado, da disparidade dos equipamentos de produção e da dependência exclusiva vis a vis ao gásóleo. Por outro lado, a degradação da rede de transporte e distribuição de energia provoca enormes perdas de energia elétrica. Esses problemas técnicos, que têm a ver com uma gestão pouco rigorosa, levaram à crise estrutural que o setor vem vivendo. A subida do preço do petróleo pode agravar ainda mais a má situação do setor, uma vez que a energia de origem térmica constitui a principal fonte de eletricidade do país e nomeadamente da capital Bissau. (CESO CI, 2006)

No setor da água, a situação urbana, em Bissau sobretudo, é pior que a rural. Em Bissau, apenas 13% têm acesso à água tratada, sendo a taxa de perdas da ordem de 70%. (CESO CI, 2006).

Está em curso a preparação, com o apoio do Banco Mundial e da EU, de um novo projeto Multisetorial de Reabilitação de Infra-estruturas, que deverá resolver grande parte do problema energético da cidade de Bissau num futuro próximo.

Para além do projeto, está em curso também um programa de energia que poderá, este sim, vir a resolver o problema do país no quadro dessa organização sub-regional.

### 5.2.3.2 Telecomunicações

No que se refere às telecomunicações, o país dispõe de cerca de 10.500 linhas fixas instaladas, das quais cerca de 3.500 se encontram inoperantes. A procura nunca chegou a ser satisfeita. As tarifas, sobretudo internacionais, são elevadíssimas, e a conexão na internet é limitada por causa de pequena capacidade do servidor e da dimensão da banda, embora a empresa tenha vindo a investir na modernização do setor.

Há uns anos foram iniciadas várias reformas no quadro do Projeto de Reabilitação e Desenvolvimento do Setor Privado, com o objetivo de melhorar a qualidade e reduzir o custo dos serviços prestados por diferentes intervenientes no mercado, através: da instauração da concorrência, pela liberalização do setor via criação de companhias de telecomunicações de rede móvel; da formação, capacitação e fornecimento da assistência técnica para o reforço da capacidade em matéria de telecomunicações; reforma legal e institucional, criação da Agência de Regulação Multisetorial; e conseqüente aumento da teledensidade: 8.000 assinantes para rede fixa e 83.000 assinantes para a Rede móvel (CESO CI, 2006).

### 5.2.3.3 Porto e aeroporto

O porto de Bissau é a porta de entrada e saída principal para o conjunto das importações e exportações do país. Entretanto, essa importante infraestrutura sofre, neste momento, de várias dificuldades que a tornam um dos principais constrangimentos ao comércio internacional da Guiné-Bissau.

No que se refere aos transportes aéreos, o baixo nível de segurança do aeroporto constitui uma das maiores dificuldades ao aumento e diversificação do tráfego para o país.

Assim, no quadro do Projeto de Reabilitação e Desenvolvimento do Setor Privado, estão em curso reformas no sentido do fornecimento de um serviço seguro e competitivo de transporte aéreo de pessoas e bens, integrando os aeroportos nacionais na rede do transporte doméstico e internacional. Objetiva-se também promover a eficácia e a competitividade dos serviços portuários, reforçar as condições de segurança a navegação e o desenvolvimento do transporte marítimo para facilitar o escoamento da produção e o incremento do intercâmbio comercial, tanto a nível doméstico, como regional e internacional. (CESO CI, 2006)

### 5.2.4 Finanças Públicas

A eficiência do gasto público feito no passado é questionável, sobretudo quando se leva em conta o fraco crescimento econômico e a não melhoria das condições de vida da população, refletidos nos precários indicadores sociais. Aliás, o elevado nível de endividamento e o pesado serviço da dívida externa corroboram a incorreção das decisões de investimento no passado (CRUZ, 2007).

A apreciação dos resultados macroeconômicos, evidencia limitações quanto à possibilidade de se atingir e manter, de forma sustentada, o esforço tributário susceptível de fornecer um envelope de recursos financeiros para o gasto público mais desafogado, sem uma reforma estrutural e profunda do sistema fiscal e da máquina administrativa tributária. Uma reforma nessa direção é essencial, pois a limitação de recursos tributários continuará a condicionar fortemente as despesas públicas e inviabilizará a aplicação efetiva de uma política de redução de pobreza e de melhoria de vida das populações, sobretudo das mais carentes.

O crescimento do setor público, conjugado com a falta de poupança interna (em média 5 % do PIB), tendo em conta a estabilidade verificada no nível dos investimentos (na ordem de 20% do PIB), faz com que o consumo total represente quase a totalidade do PIB. Assim, dado que a capacidade de mobilização interna de recursos susceptíveis de financiar os níveis de investimento da economia é bastante limitada, o recurso e a dependência do país aos empréstimos concessionais externos passa a ser a via privilegiada para a compensação do "déficit estrutural" da balança comercial de que o país padece. (CRUZ, 2007)

Prevía-se que, em 2006, a receita tributária, como percentagem do PIB, se situe em 11,5%, como corolário das reformas em curso no sector das administrações fiscais, nomeadamente na administração aduaneira. (CRUZ, 2007)

Por outro lado, no tocante às despesas, perspectiva-se, comparativamente aos níveis de 2005, a sua diminuição relativamente ao PIB. Para tal, as ações do Governo estarão focalizadas na libertação de recursos para as franjas mais pobres e carentes da população.

A análise da questão dos salários dos funcionários é comandada pelo aspecto do poder de compra do salário. A questão relativa às disparidades salariais sempre foi um dos motivos de reivindicação dos militares e consequentemente fator de instabilidade política nos tempos correntes. Assim, a partir do mês de Setembro de 2003, nos termos do acordo rubricado entre o Presidente Kumba Yalá e o Estado Maior das Forças Armadas, os militares viram os seus salários multiplicados por cinco. No processo de transição que se seguiu aos acontecimentos políticos de finais de 2003, a classe política e as chefias militares, conscientes da insustentabilidade da tabela acima referida, concertaram, no sentido da implementação de uma nova grelha salarial para o conjunto dos funcionários públicos civis e militares, através da formulação de um quadro harmonizado, que permitisse reduzir as diferenças salariais entre as categorias de e às de menor qualificação, por forma enquadrarse com racionalidade, a questão das indenizações.

Este engajamento só viria a ser conseguido, após negociações do Governo instituído em Maio de 2004, com o estabelecimento do sistema harmonizado de salários, que simplifica

o sistema de outorga do conjunto de prêmios, subsídios e indenizações vigentes na época e tenta incutir maior justiça social e transparência no sistema de remunerações do Estado.

Assim, perspectiva-se que as despesas correntes, não relacionadas com os salários decresçam em 0,7 %, enquanto que as despesas do programa de investimentos, entenda-se o plano anual do DENARP, deverá ser aumentada em 16 %, relativamente à execução de 2005.

Em face das suposições anunciadas, o superávit primário deverá decrescer em cerca de 4 pontos percentuais em termos de porção do PIB, sendo que para o "déficit" global (incluindo donativos) perspectiva-se que se situe em 8% do PIB, materializando uma diminuição de cerca de 3 pontos percentuais comparativamente ao nível observado em 2005 que foi de 12% .

Relativamente à regularização do serviço de dívida externa, excluindo o Banco Mundial, o BAD e o FMI, todas as demais obrigações vencidas não foram pagas, aumentando a acumulação de atrasados externos.

De recordar que, com o apoio de parceiros, nomeadamente a União Europeia, o PNUD e Portugal, a problemática da dívida interna tem estado em permanência na agenda dos assuntos estruturais a resolver, porquanto constitui um dos elementos chave para a recuperação da credibilização das operações das finanças públicas.

Ainda relacionado com a questão da dívida interna, há que ter presente as obrigações contraídas e assumidas pelo Estado no quadro da adesão à UEMOA, que representava, em finais de 2005, o equivalente a 40% do PIB, sendo constituída, basicamente, pelas seguintes operações:

- 3,5 mil milhões de FCFA, que representa o saldo em dívida da consolidação dos avanços e financiamentos do ex-Banco Central da Guiné Bissau ao Tesouro Público, cujo protocolo de regularização, rubricado em 1995, estabelece o pagamento de prestações trimestrais com taxa de juros de 5% a.a., por um período de 50 anos;
- 3,4 mil milhões de FCFA, saldo da dívida consolidada relativa à liquidação do ex-Banco de Crédito Nacional (BCN), assumida pelo Tesouro Público, igualmente rubricado em 1995, cujo contrato de regularização estabelece o pagamento de prestações trimestrais com taxa de juros de 5% a.a., por um período de 50 anos;
- cerca de 73 mil milhões de FCFA, relacionado com a regularização dos "direitos de entrada", equivalente à sétima parte do capital do BCEAO, sendo que o contrato de pagamento estipula o prazo de 50 anos em prestações trimestrais com taxa de juros de 5% a.a.;

- um valor aproximado de 10 mil milhões de FCFA para a regularização dos "direitos de entrada" no BOAD, sendo as condições de pagamento idênticas àsquelas do contrato com o BCEAO; e, finalmente,

- 2,5 mil milhões de FCFA, saldo da dívida consolidada relativa aos avanços estatutários concedidos pelo BCEAO ao Estado cujo reembolso, no quadro do acordo rubricado em 2002, estipula o pagamento de prestações trimestrais de 73,6 milhões de FCFA, com taxa de juros de 3% a.a., pelo período de dez anos. (CRUZ, 2007).

Continua a verificar-se que todo o sistema orçamental continue a assentar nos princípios e regras decorrentes da reforma da contabilidade pública de 1986, e verifica-se um descasamento considerável entre os pressupostos teóricos do sistema e a vertente prática. Embora necessitando de algumas adaptações para melhor enquadramento no escopo regulamentar interno, a internalização das diretivas comunitárias da UEMOA relativas as finanças públicas é por demais evidente e necessária.

O Comitê de Tesouraria, instituído no quadro da gestão financeira dos Fundos de Gestão Econômica de Urgência (FGEU), deve continuar a merecer papel de destaque na programação financeira do Estado, principalmente se reconhecermos que no quadro da execução orçamental a gestão de tesouraria deve ser reforçada por forma a ser prosseguido o objetivo de não acumulação de novos atrasados de pagamentos internos e externos.

Apesar da situação deficitária do balanço de pagamentos, a condução de política monetária prudente por parte do BCEAO, ao garantir a estabilidade da moeda e o controle da inflação, também permite que, pelo menos no curto prazo, o país não tenha a necessidade de implementar um programa que tenha como objetivo a promoção do reequilíbrio da balança de pagamentos, na perspectiva da criação de condições de garantia da sua sustentabilidade. Tal só é possível, por um lado, pelas características da referida política monetária (prática de regime de taxa de câmbio fixa, para além de, também, fixar a taxa de juros interna, que pode, em certas ocasiões, ficar abaixo da taxa de juros do mercado internacional) e, por outro lado, pelo grau de "integração" da Guiné-Bissau com os demais países da UEMOA e da sub-região, porquanto o FCFA é moeda livremente aceite nas transações comerciais na região.

Importa referir que um dos engajamentos assumidos pelo Governo, no quadro do Programa de Referência negociado com o FMI, prende-se com o compromisso de disponibilizar, nas duas semanas posteriores ao fecho mensal das operações orçamentais, um relatório que compare, por grandes rubricas, as despesas orçadas e a execução. A responsabilização financeira (accountability) impõe a necessidade de se proceder, de forma



sistemática e regular, ao fecho e encerramento das contas enquanto fase integrante do ciclo orçamental, e assegurar a disponibilização da informação necessária ao controlo "a posteriori" das contas do Estado quer ao Tribunal de Contas, quer a Assembléia Nacional, nos termos da legislação aplicável da UEMOA.

Isso conduz os órgãos de controle, quer legislativo quer judicial, por um lado, e, por outro, a sociedade de uma maneira em geral, através da publicidade geral, a ter conhecimento e permitir a avaliação dos dados, da gestão e atuação financeira do Estado.

Em resumo, para a correção dos dois principais problemas das finanças públicas (a incapacidade de reduzir o "déficit" primário e o tamanho da dívida pública), cabe:

- reassumir o controle da situação fiscal, prosseguindo o nível de equilíbrio financeiro;
- restabelecer os antecedentes de bom desempenho econômico; e
- assegurar o relançamento sustentado da economia e das finanças públicas, bem como o desenvolvimento social do país.

### 5.2.5 Política Exterior e Comércio Exterior

A comércio externo da Guiné-Bissau tem registrado alterações importantes nas últimas duas décadas. Do ponto de vista da origem e destino dos fluxos comerciais, uma alteração significativa resulta da integração regional do país na UEMOA, mas também da importância enorme que, do lado das exportações, representa agora a castanha de caju.

De acordo com Carvalho (2007) é de sublinhar que nem sempre os princípios e objetivos da Política Externa foram definidos da mesma forma. A cena política internacional nas últimas duas décadas apresentou mudanças que levaram a alterações em certos aspectos nas políticas externas da maioria dos Estados, com reflexos diretos na atuação das organizações internacionais.

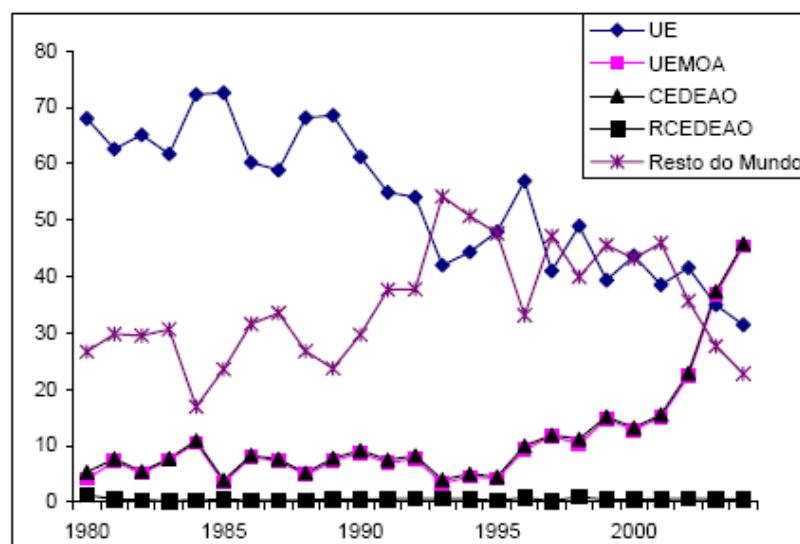
Conforme prossegue o mesmo autor “a política externa da Guiné-Bissau não fugiu a regra, tendo passado por reorientações e reajustamentos, de forma a responder aos novos desafios do seu desenvolvimento e às preocupações dominantes da agenda internacional.”

Quando analisamos a cooperação internacional neste contexto, percebemos alteração da geografia de parceiros, no crescimento da cooperação sul-sul, na importância crescente da dimensão regional, no peso crescente das potências emergentes no ordenamento econômico, na monitorização dos processos pelo FMI, CAD/OCDE e pela OMC. Da mesma forma, a

qualidade de governo e o nível de estabilidade interna provocaram alterações no leque de principais parceiros de cooperação para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. A saída da Holanda e da Suécia, sobretudo, afetou grandemente a quantidade de ajuda externa recebida pela Guiné-Bissau. (CARVALHO, 2007).

### 5.2.5.1 As importações

Em termos de origem das importações, a União Europeia tem constituído tradicionalmente a principal origem dos produtos importados pela Guiné-Bissau. Ao longo da década de oitenta, cerca de setenta por cento das importações eram provenientes da UE. Dentro desta, Portugal tem detido, durante vários anos, mais de metade do total desta zona e à volta de 20% das importações totais da GUINÉ-BISSAU. O gráfico da figura 9 mostra essa realidade:



**Figura 8 – Evolução das importações da GB por setor**

Fonte: FMI, 2004.

Com a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA, este quadro alterou-se de forma significativa, registrando-se um crescimento muito forte das importações com origem neste agrupamento regional e uma baixa substancial das importações com origem na UE (e em Portugal), conforme verifica-se na tabela 4:

**Tabela 4- Distribuição das importações da GB, média 2000-2004 (%)**

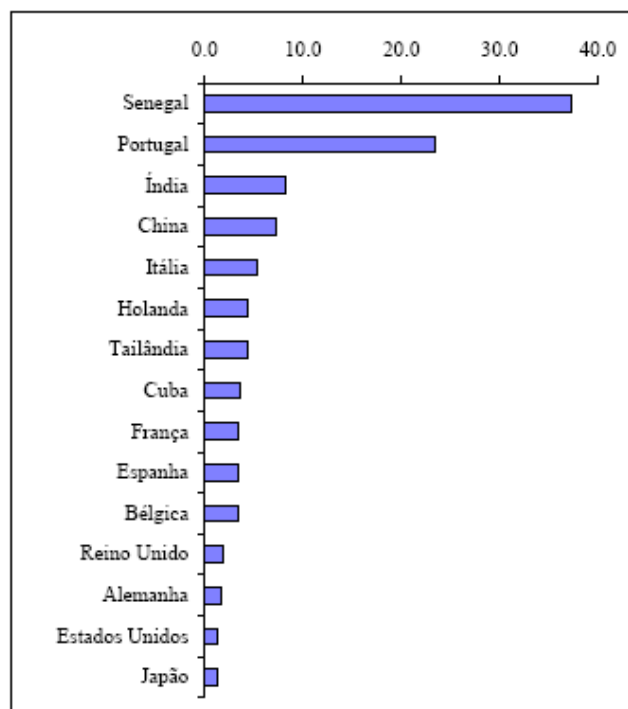
União Europeia	37.0
UEMOA	29.3
CEDEAO	29.8
RCEDEAO	0.5
Resto do Mundo	33.1

Fonte: elaborado com dados do FMI

Nos dois últimos anos a UEMOA surge já à frente de União Européia, embora eventualmente algumas importações que são atribuídas à UEMOA possam ter outra origem, em alguns casos européia. Em termos de integração regional, a CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) praticamente confunde-se com a UEMOA, do ponto de vista das importações da Guiné-Bissau, já que, para além da UEMOA, os restantes países da CEDEAO têm um peso marginal.

Em termos de países, os dois grandes parceiros comerciais da Guiné-Bissau, ainda em termos de importações, são o Senegal, que agora aparece em plano muito destacado, e Portugal. Esses dados estão apresentados na Figura 10, que também indica que os dois países imediatamente a seguir, a Índia e a China, surgem recentemente como importantes parceiros comerciais da Guiné-Bissau, por razões diferentes. No primeiro caso, devido à importância da Índia como grande importador da castanha de caju da Guiné-Bissau. No segundo caso, por força naturalmente da grande expansão das exportações chinesas em todo o mundo, nos últimos anos.

Principais origens das importações da GB, por Países, média 2000-2004 (%)



**Figura 9 – Principais origens das importações da GB, por países, média 2000-2004 (%)**  
**Fonte: Banco Mundial, 2007**

A estrutura de importações por produtos revela a importância muito expressiva de um núcleo principal de bens, de que sobressaem bebidas/produtos alimentares, os combustíveis, as máquinas e aparelhos e os veículos automóveis. No seu conjunto, estas classes de produtos representam mais de 75% das importações registradas pelo controle aduaneiro da Guiné-Bissau. Esta forte concentração das importações por produtos reflete-se também no volume de receitas fiscais arrecadadas, uma vez que alguns destes produtos determinam também uma proporção muito importante das receitas aduaneiras e dos impostos internos (IEC e IGV).

A Guiné Bissau já liberalizou as importações provenientes do espaço UEMOA e, no entanto, a principal fonte de receitas aduaneiras ainda é constituída por direitos sobre importações de produtos com esta origem. A razão deve-se ao fato de, para se beneficiar de isenção de direitos, ser necessária certificação de origem, isto é, que o produto seja de fato produzido/transformado na região. O que não é o caso para muitos produtos. Ora, neste aspecto não irão ocorrer alterações radicais nos próximos anos, pelo que muitas importações da UEMOA continuarão a pagar direitos aduaneiros. A mesma coisa se aplicará a alguns produtos da UE, já que será necessário garantir que se trata de produto genuinamente comunitário. Aqui também existe margem de manobra para negociar qual a percentagem de

incorporação necessária para que o produto possa ter certificação europeia. Além disso, convém ter presente que a evolução previsível aponta para uma perda progressiva do peso dos direitos aduaneiros na arrecadação de receitas fiscais e, portanto, no financiamento do orçamento do Estado. Seria, aliás, conveniente continuar a progredir nesta direção, acelerando um processo que já se iniciou com algumas reformas introduzidas no sistema fiscal. É esta a tendência nos outros países. Por exemplo, na União Europeia, as receitas aduaneiras não constituem receitas próprias dos Estados Membros. Também em muitos outros países, aquilo que se observa é uma tendência para a perda gradual, pelo menos em termos relativos, do valor dos impostos aduaneiros, tendo em conta a liberalização progressiva observada ao longo do tempo e que previsivelmente vai continuar a processar-se. Note-se, aliás, que a adesão da Guiné Bissau à UEMOA já significou uma perda substancial de receitas aduaneiras, não apenas devido à liberalização operada nos produtos de origem UEMOA mas também devido à baixa das taxas aplicadas às importações, resultantes da aplicação da TEC.

Por outro lado, é importante voltar a sublinhar a importância do reforço da capacidade de controle das Alfândegas e da competitividade do porto de Bissau, para além da reforma do complexo sistema do regime de importações (em particular o regime suspensivo) para a recuperação de atuais perdas importantes de receitas fiscais.

As tabelas 5 e 6 apresentam, respectivamente, a evolução das importações, por produto, no período 2003-2008, e a sua distribuição, por produto, no mesmo período.

**Tabela 5 : Evolução das importações da GB, por tipo de produto, a preços correntes**

	Milhões de francos CFA					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Arroz	9.033	6.719	8.849	11.024	9.395	9.769
Farinha Trigo	2.640	2.494	4.059	3.616	4.214	2.251
Açúcar	997	1.473	3.103	3.933	3.990	4.024
Bebidas	2.966	2.913	3.457	3.475	3.510	4.451
Outros produtos alimentares	5.590	5.643	8.656	7.814	10.601	7.725
Produtos petrolíferos refinados	8.314	15.838	15.282	18.611	19.278	20.000
Materiais de construção	4.168	3.322	3.986	4.218	3.296	3.400
Materiais de transporte	3.118	2.614	3.928	6.127	9.815	9.000
Maquinas	2.848	2.574	3.916	4.285	12.754	11.000
Outros bens	9.313	15.121	15.827	12.437	19.074	15.821
Serviços	15.103	16.287	13.393	10.161	21.436	29.642
Total	64.090	74.998	84.456	85.701	117.363	117.083

Fonte: [http://www.didinho.org/tabela\\_publicacao\(1\).pdf](http://www.didinho.org/tabela_publicacao(1).pdf) : Acesso, 21/12/2009

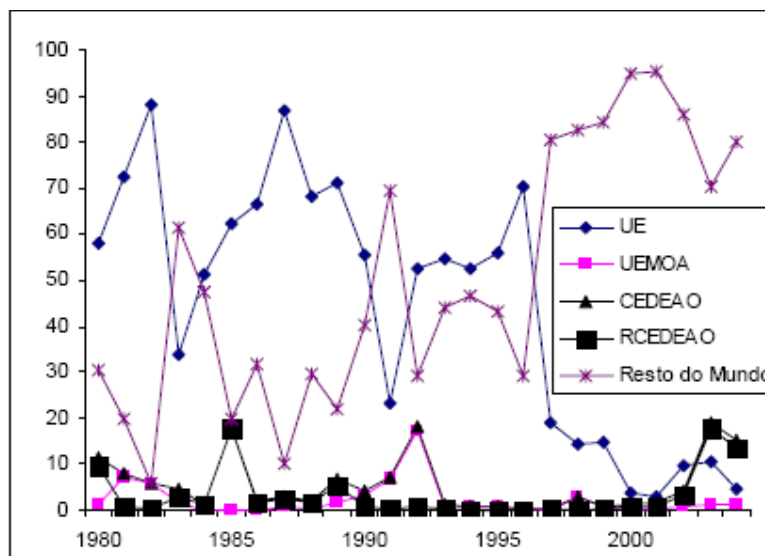
**Tabela 6: Estrutura das importações da GB, por tipo de produto (preços correntes)**

	En %					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Arroz	14%	9%	10%	13%	8%	8%
Farinha Trigo	4%	3%	5%	4%	4%	2%
Açúcar	2%	2%	4%	5%	3%	3%
Bebidas	5%	4%	4%	4%	3%	4%
Outros produtos alimentares	9%	8%	10%	9%	9%	7%
Produtos petrolíferos refinados	13%	21%	18%	22%	16%	17%
Materiais de construção	7%	4%	5%	5%	3%	3%
Materiais de transporte	5%	3%	5%	7%	8%	8%
Maquinas	4%	3%	5%	5%	11%	9%
Outros bens	15%	20%	19%	15%	16%	14%
Serviços	24%	22%	16%	12%	18%	25%
Ensemble	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: [http://www.didinho.org/tabela\\_publicacao\(1\).pdf](http://www.didinho.org/tabela_publicacao(1).pdf) : Acesso, 21/12/2009

### 5.2.5.2 As exportações

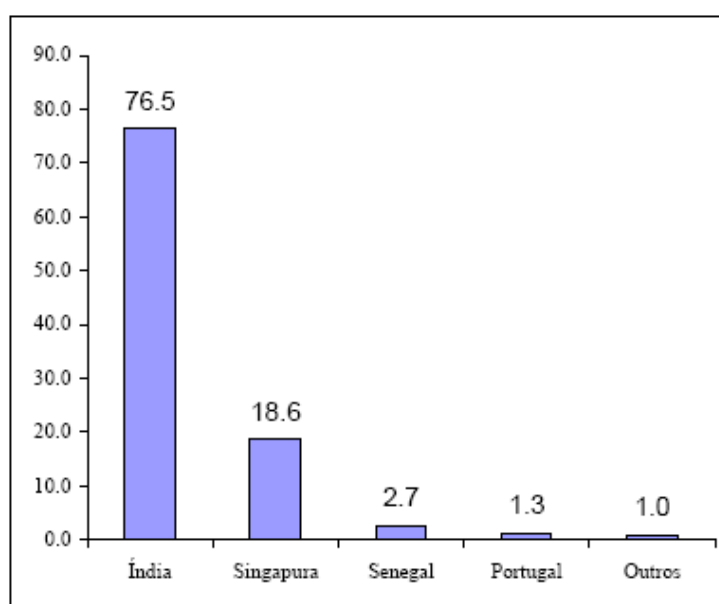
Em termos de destino das exportações, existe agora uma alteração muito forte na hierarquização dos principais clientes da GUINÉ-BISSAU, relativamente à situação que se observava no passado, conforme apresentado na Figura 11. Ou seja, a União Europeia foi substituída no primeiro lugar dos destinos das exportações, em função do peso que agora representam as exportações de castanha de caju para a Índia. De facto, não apenas os valores referentes à EU, mas também os relativos à UEMOA e ao conjunto da CEDEAO são agora muito baixos.



**Figura 10 – Exportações da Guiné-Bissau por destinos regionais**

Fonte: FMI

De acordo com os dados das Alfândegas relativos a 2005, apresentados na Figura 12, a Índia absorvia mais de três quartos das exportações e os quatro principais países de destino representaram 99% das exportações do país.



**Figura 11 – Principais destinos das exportações da GB (%)**

Fonte: FMI, 2004

A subida da Índia para primeiro plano iniciou-se em 1990, tendo até então este país um peso insignificante enquanto destino das exportações da Guiné-Bissau. Esta subida a primeiro plano da Índia deve-se, como já foi referido, ao peso preponderante que passou a assumir a exportação de castanha de caju com destino àquele país. O produto é exportado em bruto e transformado na Índia. Este constitui um excelente caso em que a Guiné-Bissau pode tirar mais partido de uma riqueza local, com a exploração do caju, desenvolvendo uma cadeia mais completa de transformação, com aproveitamento de ligações a montante e a jusante e o aproveitamento de sub-produtos da transformação, designadamente em termos de produção de energia elétrica.

A castanha de caju constitui de momento quase a totalidade das exportações do país. De acordo com os dados das Alfândegas, representou em 2005, 96.2% do total exportado (incluindo as reexportações) pela Guiné-Bissau. Não aparece nenhuma exportação minimamente expressiva para os produtos da pesca ou das frutas, sem dúvida produtos em que o país tem um interessante potencial.

As tabelas 7 e 8 apresentam, respectivamente, a evolução das exportações, por produto, no período 2003-2008, e a sua distribuição, por produto, no mesmo período.

**Tabela 7 : Evolução das exportações, por tipo de produto, à preços correntes**

	Milhões de francos CFA					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Castanhas de Caju	33.863	38.193	44.706	34.712	39.340	45.069
Outros produtos agrícolas	20	196	25	42	86	21
Produtos extração	0	0	0	0	0	0
Outros bens	785	953	366	291	198	1.037
Serviços	8.452	4.068	2.716	1.791	16.002	12.500
Total	43.120	43.410	47.813	36.836	55.626	58.627

Fonte: [http://www.didinho.org/tabela\\_publicacao\(1\).pdf](http://www.didinho.org/tabela_publicacao(1).pdf) : Acesso, 21/12/2009

**Tabela 8 : Estrutura das exportações, por tipo de produto**



	En %					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Castanhas de Cajú	79%	88%	94%	94%	71%	77%
Outros produtos agrícolas	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Produtos extração	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Outros bens	2%	2%	1%	1%	0%	2%
Serviços	20%	9%	6%	5%	29%	21%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: [http://www.didinho.org/tabela\\_publicacao\(1\).pdf](http://www.didinho.org/tabela_publicacao(1).pdf) : Acesso, 21/12/2009

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho desenvolveu-se um breve relato dos fatos políticos, econômicos e sociais da história recente da Guiné-Bissau, o que permite visualizar com mais amplitude e entendimento a situação atual do país, seus avanços e desafios.

Na luta por melhorias nas condições de seu povo, observa-se que o país vive dois momentos distintos e complementares, que podem representar uma oportunidade única de um verdadeiro salto em termos de desenvolvimento e solidificação de suas instituições: de um lado temos a relativa estabilização política, após os terríveis conflitos dos anos 90. E de outro lado, temos a participação do país na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), que obrigou a adoção de medidas reestruturantes numa velocidade que dificilmente ocorreria num outro contexto.

Os resultados do processo de integração começam a ser verificados em todos os setores da vida social e econômica, muito embora essa percepção ainda não esteja perfeitamente disseminada nem entre os acadêmicos, tampouco entre a população de um modo geral.

A entrada da Guiné-Bissau na UEMOA fez com que o país perdesse os instrumentos de política cambial como aqueles implementados nos anos oitenta até à segunda metade da década de noventa. Contrariamente ao que muitos proclamam sobre a adesão à União Monetária, ela tem benefícios e custos. O país subscreve o critério de convergência no que respeita ao déficit orçamental, a dívida pública, inflação, entre outros.

Da mesma forma que a entrada na UEMOA implica perda de instrumentos de política cambial e monetária, ganha-se na imposição da disciplina monetária, garantindo uma inflação baixa, uma forma de facilitar e incentivar as trocas comerciais com a zona CFA, cujo resultado hoje se constata no Senegal.

Pode-se concluir pelas análises apresentadas no presente trabalho que o caminho percorrido é curto diante do tamanho da estrada que o país deve percorrer para galgar posições mais relevantes no contexto mundial e para proporcionar ao seu povo condições de vida, saúde, emprego, educação e cidadania mais próximas dos países mais desenvolvidos. Porém, não restou nenhuma dúvida que o processo de integração no qual Guiné-Bissau inseriu-se desde 1997 permitiu que essa jornada fosse iniciada. Os vários indicadores analisados apontam, com poucas exceções, nesta direção. Houve crescimento do PIB, a educação vem ampliando seu alcance, o país conta com a chegada de investimentos, além de

ter ampliado seu leque de parceiros no comércio internacional, dentre outras melhorias, que apesar de tímidas, são significativas.

Como todo processo de longo prazo, notadamente em andamento num país com histórico político, social e econômico tão conturbado como Guiné-Bissau, a adesão à UEMOA provoca, além, das opiniões favoráveis, muitas críticas. Isso ocorre, sobretudo, em função das diversas medidas de reajustamento econômico e estruturais adotadas no bojo desse processo, que exigem dos países a superação de um período de transição, onde os reajustamentos necessários nem sempre produzem resultados imediatos.

Nesse contexto, podemos citar a opinião de Cruz (2007, p. 34), de que, “na Guiné-Bissau, as medidas de estabilização econômica (em princípio adotadas para atenuar os males da inflação) contribuíram para a queda dos rendimentos dos trabalhadores e para o enfraquecimento do papel do Estado com o alastramento do setor informal.”

O mesmo autor prossegue afirmando que

Neste ambiente, o razoável esperar é que o tecido social pereça. A erosão do poder de compra foi uma constante mesmo na transição do Peso Guineense para o Franco CFA (após a adesão à UEMOA em 5 de Março de 1997). O desemprego e a deterioração marcada das condições materiais de trabalho e de vida de uma larga franja populacional constituem um efetivo constrangimento ao desenvolvimento na medida em que ao não assumir o verdadeiro contrato social, o Estado perdeu legitimidade para o exercício do seu poder normativo e às populações restou implementar estratégias de sobrevivência. As estratégias de sobrevivência encetadas pelas populações engrossaram o já selvático setor informal, precipitou o movimento migratório, tanto dos meios rurais para o urbano como para os países limítrofes. Nesta perspectiva que vimos que este processo foi conduzido com um total menosprezo pelos valores morais que secundarizaram o homem, ignoraram princípios de justiça social e como consequência, vimos os guineenses em situação de exclusão propícia ao aniquilamento da auto-estima.(CRUZ, 2007, p.36).

Reforça-se, desta forma, a ideia de que o processo de reestruturação vivido pela Guiné-Bissau, não somente como decorrência da adesão ao processo integracionista, mas, sobretudo, pelas turbulências político-econômicas das últimas décadas, constitui-se num processo difícil, turbulento e muito sofrido para toda sua população. Contribui para isso a prática cultural do país, com histórico de pouca valorização do cidadão. As regras básicas de sobrevivência, dessa forma, encontram campo próspero para atuar, com informalidade, emigração e migração interna. Cabe ao governo manter-se atento ao drama vivido pelos seus cidadãos ao longo desse processo de transição, de modo a minimizar o sofrimento e evitar que

haja qualquer retrocesso econômico, político ou institucional, que poderia, mais uma vez, interromper a caminhada da nação na direção de tempos melhores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA INFORMARKET. Org. **Informe sobre Ia UEMOA**, junio 2006, p.10-11. Disponível em: [www.africainmarkte.org](http://www.africainmarkte.org). Acesso em 10 nov.2006

ALMEIDA, Elizabeth Accioly de. **Mercosul e União Européia: estrutura jurídica institucional**. Curitiba: Juruá, 1996

BAD. Banco Africano de Desenvolvimento: Disponível em: [http://www.afdb.org/pls/portal/docs/PAGE/ADB\\_ADMIN\\_PG/DOCUMENTS/STATISTICS/POCKETBOOK\\_2006\\_WEB\\_0.PDF](http://www.afdb.org/pls/portal/docs/PAGE/ADB_ADMIN_PG/DOCUMENTS/STATISTICS/POCKETBOOK_2006_WEB_0.PDF)

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**, 1961.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva**. Banco Mundial, 2004

BANCO MUNDIAL. **República da Guiné-Bissau - Prestação de Serviços Sociais Básicos num Contexto de Fragilidade Estatal e de Transição Social**. 2008.

BASSO, Maristela (org). **Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos Estados membros**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

CARDOSO, Oscar Valente. **Regionalismo e seus efeitos sobre o princípio da não-discriminação e a cláusula da nação mais favorecida**. Florianópolis: curso de Pós-Graduação em Direito, 2004.

CARVALHO, Apolinário Mendes. **A Cooperação internacional e a política externa guineense**. Comunicação apresentada no evento “A intenção da Jornada de Reflexão sobre a Coordenação da Política Nacional de Cooperação”, realizada em Guiné-Bissau em outubro de 2007.

CESO CI - CONSULTORES INTERNACIONAIS, S.A. **Estudo de Impacto de um Acordo de Parceria Econômica na Economia da Guiné-Bissau - Relatório Preliminar**. Lisboa: 2006.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. **África um novo olhar**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

CRUZ, Jorge Manuel M. A. Lopes da. **O Programa de Ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: Uma avaliação política e ética**. Dissertação (mestrado) – Desenvolvimento Social e Econômico em África: Análise e Gestão. 2007.

DOWBOR, Ladislau. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos/03guine.pdf>>. Acesso em: 20/04/2009.

DOWBOR, Ladislau. **Guiné-Bissau: a busca da independência econômica**. 1.ED.São Paulo: Brasiliense s.a.

ÉVORA, R. *A Abertura Política e o Processo de Transição Democrática em Cabo Verde*. Dissertation in the Political Science Department of the University of Brasilia, 2001.

EGOSCOZÁBAL, Ainhoa Marin. **La integración Regional em África subsahariana: processos, problemática y relaciones com La União Europeia**. 2004, p.5 Disponível em: <http://www.sem-wes.org/VIREM/cm50>. Acesso em 5 fev.2006

FERNANDES, Aló Joel. **A Integração Econômica como Estratégia de Desenvolvimento do Continente Africano: proposta de Fusão entre a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO)**. FLORIANOPOLIS: Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação, Abril de 2007.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **GUINÉ-BISSAU: CARTA DE INTENÇÕES, MEMORANDO DE POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA E MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO**. 2008.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. RELATÓRIO Nº 08/266. **GUINÉ-BISSAU: REVISÃO DA PERFORMANCE A ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL PÓS-CONFLITO E REQUISIÇÃO DA SEGUNDA COMPRA REFERENTE A ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL PÓS-CONFLITO — RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO, COMUNICADO DE IMPRENSA E PRONUNCIAMENTO DO ADMINISTRADOR DO FMI PARA A GUINÉ-BISSAU**. 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: comp. Editora nacional. 1995

GOMES, Pedro A. Godinho. **A GUINÉ-BISSAU, DEZ ANOS NO SEIO DA UEMOA**. Seminário Nacional de Informação e Sensibilização dos Líderes de Opinião Sobre o Processo de Integração na UEMOA Bissau, 2007

HERNANDEZ, Leila M. Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. **Documento Estratégico para Avaliação de Pobreza**. 2009. Disponível em : <<http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.htm>> . Acesso em 10/04/2010

LELLA-KOUASSI, Celestino. **La Banque Ouest Africaine de développement: cadre institutionnel et l'uniformisation du droit des affaires dans ses activites**. In: **Boletim da faculdade de Direito de Bissau**. V Jornadas Juridicas. A Integração Regional e a Uniformização de Direitos de negócios em África, n.6, 2004. p.62-75

MANÉ, Ansumane. **Os dois primeiros planos de desenvolvimento: alguns elementos de reflexão**. Bissau, 1989.

MENDES, Degol. **A experiência da integração da Guiné-Bissau na UEMOA: Análise de alguns resultados macroeconômicos**. AMECOM - Associação Moçambicana de economistas, 2009.

MOREIRA, Eugénio C. da C.R. **Constituições Econômicas Comunitárias: da União**

**Monetária á União Econômica e Monetária Oeste Africana. Um salto qualitativo. In: Boletim da Faculdade de Direito de Bissau.** V Jornadas Jurídicas. A Integração regional e a Uniformização de Direito de Negócios em África, n. 6, 2004. P. 163-180.

NASCIMENTO, João Octávio da Rocha. **Formação dos Estados Africanos: O caso cabo-verdiano. 2004.**

OLIVA, Anderson Ribeiro. **História da África em perspectiva.** Revista Múltipla, vol. 10, n. 16, UPIS: Brasília. 2004.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano, 2005.** disponível em: <[http://hdr.undp.org/reports/global/2005/portuguese/pdf/hdr05\\_po\\_hdi.pdf](http://hdr.undp.org/reports/global/2005/portuguese/pdf/hdr05_po_hdi.pdf)>. Acesso em: 12/03/2007.

PAAP, Kwesi Nduom (Gana), Ministro de Minas e Energia de Gana (tópico 1): **Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio Fortaleza, 09 e 10 de junho de 2003**

Republica da Guiné-Bissau Governmennt. Disponível em: <<http://www.guineabissau-government.com/portuguese/index-portuguese.php?id=9>>. Acesso em: 27/03/2009.

RIBEIRO, Luiz Dario. **Descolonização da Ásia e da África.** Ciências & Letras, Porto Alegre, 2003, Disponível em: <http://www.fapa.com.br/monographia>

SÁ, Alfonso Aleluia Lopes, Análise da Qualidade do Desenvolvimento Eco-Socioeconômico de Guiné-Bissau de 1980 a 2005 / Alfonso Aleluia Lopes Sá . – Florianópolis : UFSC

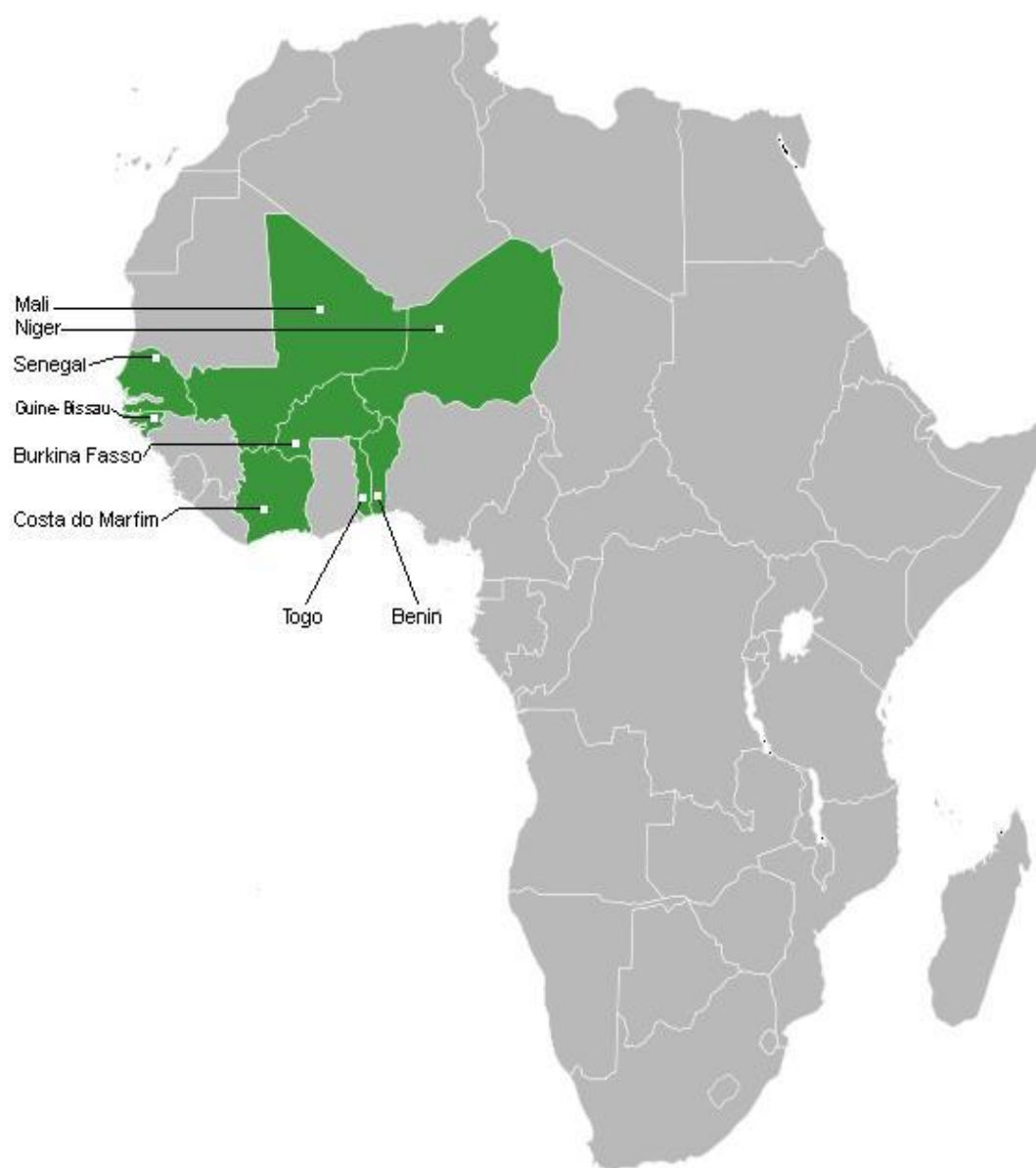
SEIDI, Ussumane. **Comércio Externo da Guiné-Bissau.** Artigo. Universidade Técnica de Lisboa: 2007. Disponível em: < <http://www.didinho.org/estudosepesquisas.html>>. Acessado em 20/10/2009.

SEIDI, Ussumane. **Economia da Guiné-Bissau e os objectivos do milênio. Artigo.** Universidade Técnica de Lisboa: 2007. Disponível em: < <http://www.didinho.org/estudosepesquisas.html>>. Acessado em 20/10/2009.

SILVA, André Luiz Reis. **África contemporânea: os novos desafios da segurança, desenvolvimento e autonomia (1960-2005).** 2005.

WOOLLACOTT, John. Disponível em: <<http://www.didinho.org/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf>>. Acesso em 20/04/2010.

## ANEXO 1





ANEXO 2

